

**PRODUTO VIII**  
**RELATÓRIO FINAL**

**CONSULTORIA INDIVIDUAL PARA ELABORAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL DAS FLORESTAS PÚBLICAS DAS REGIONAIS**  
**JURUÁ, TARAUACÁ-ENVIRA, NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO**  
**ACRE – FASE II**

**Rio Branco/Acre**  
**Dezembro de 2018**

**Sebastião Afonso Viana Macedo**

Governador do Estado do Acre

**Nazareth Mello Araújo Lambert**

Vice-Governadora do Estado do Acre

**Carlos Edegard de Deus**

Secretário de Estado de Meio Ambiente

**Marky Lowell Rodrigues de Brito**

Secretário Adjunto de Estado de Meio Ambiente - SEMA

**Marky Lowell Rodrigues de Brito**

Diretor Executivo de Florestas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente

**Sara Maria Viana Melo**

Diretora Executiva de Meio Ambiente – SEMA

**Ana Paula Falcão Freire**

Engenheira Florestal - Divisão de Concessão Florestal - SEMA

**Elaboração:**

**Fábio Thaines**

Engenheiro Florestal, Consultor para Elaboração de Cadastro Estadual das Florestas Públicas das Regionais Juruá e Tarauacá-Envira

**Governo do Estado do Acre**

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA**

Av. Benjamin Constant, 856 - Centro

Rio Branco-Acre - Brasil – CEP. 69900-160

Tel.: 55 68 3224-3990

[www.sema.ac.gov.br](http://www.sema.ac.gov.br)

[sema@ac.gov.br](mailto:sema@ac.gov.br)

---

**SUMÁRIO**

<b>ÍNDICE DE FIGURAS .....</b>	<b>iii</b>
<b>ÍNDICE DE QUADROS .....</b>	<b>iii</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS .....</b>	<b>iv</b>
<b>1 APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>2 CONTEXTUALIZAÇÃO .....</b>	<b>2</b>
<b>3 AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS .....</b>	<b>4</b>
3.1 <i>Cadastro Estadual de Florestas Públicas - CEFP.....</i>	<i>4</i>
3.2 <i>Histórico de desmatamento .....</i>	<i>8</i>
3.3 <i>Histórico de focos de calor/queimadas .....</i>	<i>10</i>
3.4 <i>Monitoramento de desmatamento.....</i>	<i>15</i>
3.5 <i>Monitoramento de focos de calor .....</i>	<i>16</i>
3.6 <i>Atualização do Cadastro Estadual.....</i>	<i>17</i>
<b>4 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS E FUTUROS DESDOBRAMENTOS .....</b>	<b>18</b>
<b>5 PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS .....</b>	<b>19</b>
<b>6 PERSPECTIVAS E PRÓXIMOS PASSOS .....</b>	<b>20</b>
<b>7 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO.....</b>	<b>21</b>
<b>ANEXOS - Cadastro Estadual De Florestas Públicas .....</b>	<b>22</b>
<i>Reserva Extrativista do Alto Juruá.....</i>	<i>22</i>
<i>Reserva Extrativista do Alto Tarauacá .....</i>	<i>25</i>
<i>Área de Relevante Interesse Ecológico Japiim-Pentecoste.....</i>	<i>28</i>
<i>Floresta Estadual do Mogno.....</i>	<i>30</i>
<i>Floresta Estadual do Rio Gregório .....</i>	<i>32</i>
<i>Floresta Estadual do Rio Liberdade .....</i>	<i>34</i>
<i>Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade.....</i>	<i>36</i>
<i>Floresta Nacional Santa Rosa do Purus .....</i>	<i>39</i>
<i>Parque Nacional da Serra do Divisor .....</i>	<i>41</i>

---

## ÍNDICE DE FIGURAS

<i>Figura 1. Unidades de Conservação cadastradas na Regional Juruá e Tarauacá-Envira. ....</i>	<i>5</i>
<i>Figura 2. Quantitativos de área desmatada (ha) para as Unidade de Conservação das Regionais Juruá e Tarauacá-Envira no período de 2012 a 2016. Fonte: UCEGEO (2018). ....</i>	<i>9</i>
<i>Figura 3. Distribuição das áreas desmatadas por jurisdição das UCs cadastradas nas Regionais Juruá e Tarauacá-Envira. ....</i>	<i>9</i>
<i>Figura 4. Distribuição das ocorrências de desmate no período de 2012 a 2016 para o conjunto das Florestas Cadastradas nas Regionais Juruá, Tarauacá-Envira. Fonte: UCEGEO (2018). ....</i>	<i>10</i>
<i>Figura 5. Distribuição anual dos focos de calor para as Unidade de Conservação das Regionais Juruá e Tarauacá-Envira no período de 2013 a 2017. Fonte: INPE (2017). ....</i>	<i>11</i>
<i>Figura 6. Distribuição dos focos de calor por jurisdição das UCs cadastradas nas Regionais Juruá e Tarauacá-Envira. ....</i>	<i>12</i>
<i>Figura 7. Distribuição anual dos focos de calor por jurisdição das UCs cadastradas nas Regionais Juruá e Tarauacá-Envira. ....</i>	<i>12</i>
<i>Figura 8. Distribuição mensal média dos focos de calor para as UCs cadastradas na Regional Tarauacá-Envira-Juruá. ....</i>	<i>13</i>
<i>Figura 9: Criticidade de Focos de Calor por Densidade Geoespacial para as unidades de conservação cadastradas nas Regionais Juruá e Tarauacá-Envira, 2013 a 2017. ....</i>	<i>14</i>

## ÍNDICE DE QUADROS

<i>Quadro 1. Modelo de formulário para cadastro de florestas públicas no estado do Acre. ....</i>	<i>6</i>
<i>Quadro 2. Modelo de formulário considerando atualização do cadastro de florestas públicas no estado do Acre, acrescentando informações sobre o histórico de atividades antrópicas. ...</i>	<i>7</i>

---

**ÍNDICE DE FIGURAS**

<i>Tabela 1. Identificação das Unidades de Conservação analisadas para a Regional Juruá e Tarauacá-Envira. ....</i>	<i>4</i>
<i>Tabela 2. Quantitativo de área desmatada no período de 2012 a 2016 por Unidades de Conservação cadastradas nas Regionais Juruá e Tarauacá-Envira. ....</i>	<i>8</i>
<i>Tabela 3. Quantitativo de área desmatada por jurisdição das UCs cadastradas nas Regionais Juruá e Tarauacá-Envira.....</i>	<i>9</i>
<i>Tabela 4. Quantitativo de Focos de Calor no período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de outubro de 2017 para as Unidades de Conservação cadastradas na Regional Tarauacá-Envira-Juruá.....</i>	<i>11</i>
<i>Tabela 5. Quantitativo de área desmatada por jurisdição das UCs cadastradas nas Regionais Juruá e Tarauacá-Envira.....</i>	<i>12</i>
<i>Tabela 6. Criticidade de Focos de Calor mensal considerando todas as florestas cadastradas no período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de outubro de 2017, Regionais Tarauacá-Envira-Juruá. ....</i>	<i>13</i>
<i>Tabela 7. Monitoramento do desmatamento nas UCs cadastradas nas das Regionais Juruá e Tarauacá-Envira, considerando a área da UC, área e percentual de desmate consolidado na UC e os períodos de avaliação entre outubro de 2017 a julho de 2018.....</i>	<i>15</i>
<i>Tabela 8. Quantitativo de Focos de Calor nos períodos monitorados para cada Florestas Cadastradas nas Regionais Juruá, Tarauacá-Envira. ....</i>	<i>16</i>

## **1 APRESENTAÇÃO**

O presente documento trata-se do **oitavo produto** referente ao processo de seleção de Consultor Individual nº 027/2017, cujo objeto principal é a elaboração do Cadastro Estadual das Florestas Públicas das Regionais Juruá, Tarauacá-Envira no âmbito do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – PDSA FASE II.

O Cadastro Estadual de Florestas Públicas - CEFP foi elaborado e visou fornecer informações úteis, seguras e oficiais à população em geral e aos gestores sobre as florestas públicas existentes no Estado, servindo como instrumento para a administração e a gestão florestal nessas áreas. Sua elaboração seguiu padrões para compatibilizar com Cadastro Nacional de Florestas Públicas gerido pelo Serviço Florestal Brasileiro – SFB.

Ao longo da consultoria foi elaborado o Cadastro de Florestas Públicas das Regionais Juruá, Tarauacá-Envira, avaliações das ações antrópicas de desmatamento e queimadas dos últimos 5 anos, assim como do monitoramento dessas durante a vigência do contrato. Ainda, como parte do escopo, realizou-se a atualização das informações contidas no Cadastro.

Dessa maneira, o **Produto VIII** é caracterizado pelo “**Relatório final**”, onde constam avaliações dos trabalhos realizados, análises dos principais resultados alcançados e futuros desdobramentos, análise das principais dificuldades encontradas, perspectivas e próximos passos.

## **2 CONTEXTUALIZAÇÃO**

Florestas públicas, de acordo com a lei nº 11.284, de 02 de março de 2.006, são *“florestas, naturais ou plantadas, localizadas nos diversos biomas brasileiros, em bens sob o domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta”*.

Estas florestas públicas podem ser “destinadas” ou “não destinadas”. Áreas destinadas são aquelas que já possuem um uso definido, podendo ser Áreas Indígenas nos seus diferentes status de demarcação, Projetos de Assentamento ou Unidades de Conservação, tanto de proteção integral quanto de uso sustentável. Já as áreas não destinadas são as chamadas “terras devolutas”, que tratam de áreas sob o domínio do Estado, mas que não possuem uma destinação oficial.

A Gestão de Florestas Públicas de Uso Sustentável (GFPUS), criada pela lei citada acima, deve, basicamente, elaborar o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) e dar destinação apropriada para as “terras devolutas”, de domínio da União, Estados ou Municípios. Esta destinação deve ter encaminhamento diferenciado caso haja a existência de comunidades locais<sup>1</sup>, caso a área seja de interesse para a criação de Unidades de Conservação de proteção integral ou para outras destinações que não se encaixem nos parâmetros estabelecidos para a inclusão de áreas no PAOF. Caso não se enquadre em nenhuma das características anteriores, a área deverá ser transformada em uma Floresta de produção.

Para iniciar ou continuar este processo, lei nº11.284, que cria a Gestão de Florestas Públicas de Uso sustentável, também institui o **Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP)**, formado pelo Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União (CGFPU), Cadastro Municipal de Florestas Públicas e pelo **Cadastro Estadual de Florestas Públicas (CEFP)**. No âmbito federal, o CEFP tem função de alimentar o CNFP, já no âmbito estadual, o CEFP tem as mesmas atribuições e funções do CNFP, sendo elas:

---

<sup>1</sup> De acordo com o Inciso X, do Art. 3º da Lei 11.284, de 02 de março de 2.006, comunidades locais são *“populações tradicionais e outros grupos humanos, organizados por gerações sucessivas, com estilo de vida relevante à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica”*.

1. Garantir o acesso livre de qualquer indivíduo às informações referentes à gestão de florestas Públicas, de acordo com o Inciso V, Art. 2º da Lei 11.284, de 02 de março de 2.006;
2. Criar um instrumento com dados confiáveis e oficiais, que auxiliem na gestão de Florestas Públicas de uso Sustentável pelo órgão gestor estadual, dando subsídios tanto para a destinação de florestas públicas sob domínio do estado do Acre, quanto para a elaboração do Plano Anual de Outorga Florestal.



### **3 AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS**

De acordo com o escopo pretendido para a Consultoria os trabalhos foram executados e finalizados para as Regionais Juruá e Tarauacá-Envira, conforme a relação descrita abaixo.

1. Cadastro Estadual elaborado;
2. Histórico de desmatamento;
3. Histórico de queimadas;
4. Monitoramento de desmatamento no período (5 relatórios);
5. Monitoramento de queimadas no período (5 relatórios);
6. Atualização dos Cadastros (4 relatórios);

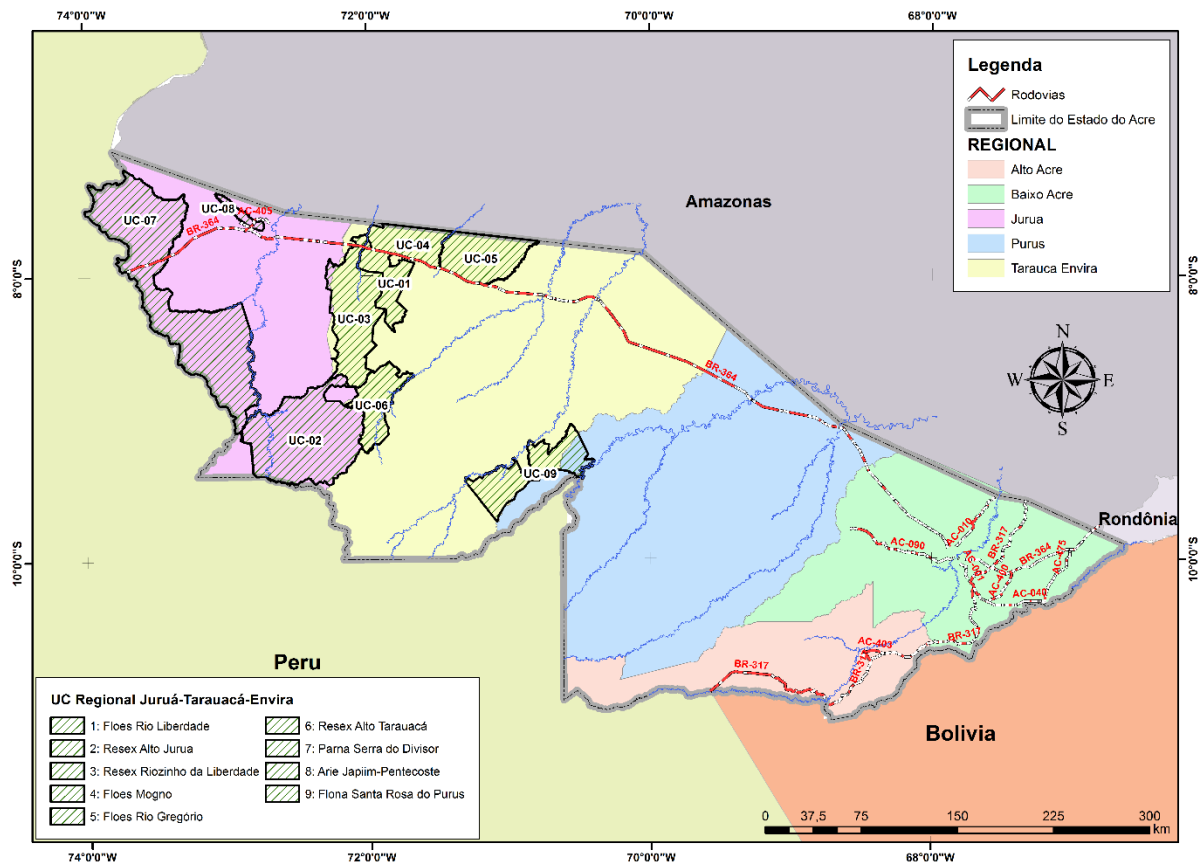
#### **3.1 CADASTRO ESTADUAL DE FLORESTAS PÚBLICAS - CEFP**

O Cadastro Estadual de Florestas Públicas - CEFP seguiu o modelo que é estabelecido na Resolução SFB nº 02, de 06 de julho de 2007, que regulamenta o Cadastro Nacional de Florestas Públicas e identificou nove Unidades de Conservação passíveis de cadastro nas Regionais Juruá e Tarauacá-Envira. O CEFP teve abrangência de seis município, em que Cruzeiro do Sul teve duas UCs cadastradas, Mâncio Lima e Santa Rosa do Purus com uma UC cada e Tarauacá com cinco UCs cadastradas, totalizando 2.586.791,00 hectares. Quanto à jurisdição foram cinco UCs Federais e quatro Estaduais (Tabela 1).

**Tabela 1. Identificação das Unidades de Conservação analisadas para a Regional Juruá e Tarauacá-Envira.**

<b>UC</b>	<b>Unidades de Conservação</b>	<b>Jurisdição</b>	<b>Município</b>	<b>Área Calculada</b>
<b>1</b>	<i>Floresta Estadual Rio Liberdade</i>	<i>Estadual</i>	<i>Tarauacá</i>	<i>122.530,00 ha</i>
<b>2</b>	<i>Reserva Extrativista Alto Juruá</i>	<i>Federal</i>	<i>Cruzeiro do Sul</i>	<i>529.440,00 ha</i>
<b>3</b>	<i>Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade</i>	<i>Federal</i>	<i>Tarauacá</i>	<i>320.780,00 ha</i>
<b>4</b>	<i>Floresta Estadual Mogno</i>	<i>Estadual</i>	<i>Tarauacá</i>	<i>140.780,00 ha</i>
<b>5</b>	<i>Floresta Estadual Rio Gregório</i>	<i>Estadual</i>	<i>Tarauacá</i>	<i>213.040,00 ha</i>
<b>6</b>	<i>Reserva Extrativista Alto Tarauacá</i>	<i>Federal</i>	<i>Tarauacá</i>	<i>151.850,00 ha</i>
<b>7</b>	<i>Parque Nacional Serra do Divisor</i>	<i>Federal</i>	<i>Cruzeiro do Sul</i>	<i>853.640,00 ha</i>
<b>8</b>	<i>Área de Relevante Interesse Ecológico Japiim-Pentecoste</i>	<i>Estadual</i>	<i>Mâncio Lima/C. do Sul</i>	<i>25.751,00 ha</i>
<b>9</b>	<i>Floresta Nacional Santa Rosa do Purus</i>	<i>Federal</i>	<i>Santa Rosa do Purus</i>	<i>228.980,00 ha</i>
<b>TOTAL</b>				<b>2.586.791,00 ha</b>

Na Figura 1 apresenta a espacialização das Unidades de Conservação cadastradas nas Regionais Juruá e Tarauacá-Envira.



**Figura 1. Unidades de Conservação cadastradas na Regional Juruá e Tarauacá-Envira.**

O CEFPP utilizou sistema de formulário pré-estruturado contendo informações mínimas de identificação e caracterização de cada UC, como mostra o Quadro 1 abaixo.

Posteriormente na fase de “atualização do cadastro” foi adicionado ao formulário informações quanto ao histórico das ações antrópicas, considerando desmatamentos e queimadas anuais (Quadro 2).

**Quadro 1. Modelo de formulário para cadastro de florestas públicas no estado do Acre.**

Nome da UC	
Localização e Limites Georreferenciados	
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	
<i>Estágio</i>	
<i>Código</i>	
<i>Destinação</i>	
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	
<i>Matrícula</i>	
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	
<i>Titular</i>	
<i>Gestor</i>	
<i>Área Oficial</i>	
<i>Área</i>	
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	
<i>Tipologias (Estadual)</i>	
<i>Tipologias (Federal)</i>	
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	
<i>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</i>	
Questões Fundiárias	
<i>Uso e Destinação comunitários</i>	
<i>Pretensões de posse</i>	
<i>Existência de Conflitos Fundiários ou sociais</i>	
Informações Gerais	
<i>Estudos Associados</i>	
<i>Atividades desenvolvidas dentro da Área</i>	
<i>Certificações</i>	
<i>Normas e Atos</i>	
<i>Contratos Administrativos e cíveis</i>	

**Quadro 2. Modelo de formulário considerando atualização do cadastro de florestas públicas no estado do Acre, acrescentando informações sobre o histórico de atividades antrópicas.**

Nome da UC	
Localização e Limites Georreferenciados	
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	
<i>Estágio</i>	
<i>Código</i>	
<i>Destinação</i>	
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	
<i>Matrícula</i>	
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	
<i>Titular</i>	
<i>Gestor</i>	
<i>Área Oficial</i>	
<i>Área</i>	
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	
<i>Tipologias (Estadual)</i>	
<i>Tipologias (Federal)</i>	
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	
<i>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</i>	
Ações Antrópicas	
<i>Quantidade de Focos de Calor (Nº de focos):</i>	
<i>Quantidade de Desmatamento (em hectare):</i>	
Questões Fundiárias	
<i>Uso e Destinação comunitários</i>	
<i>Pretensões de posse</i>	
<i>Existência de Conflitos Fundiários ou sociais</i>	
Informações Gerais	
<i>Estudos Associados</i>	
<i>Atividades desenvolvidas dentro da Área</i>	
<i>Certificações</i>	
<i>Normas e Atos</i>	
<i>Contratos Administrativos e cíveis</i>	

### 3.2 HISTÓRICO DE DESMATAMENTO

O histórico de desmatamento ocorridos dentro das UCs cadastradas foi realizado considerando as ações dos últimos cinco anos e procurou demonstrar a situação de ocupação das florestas assim como do estado atual de degradação, auxiliando dessa forma na tomada de decisão para controle e implantação de políticas públicas.

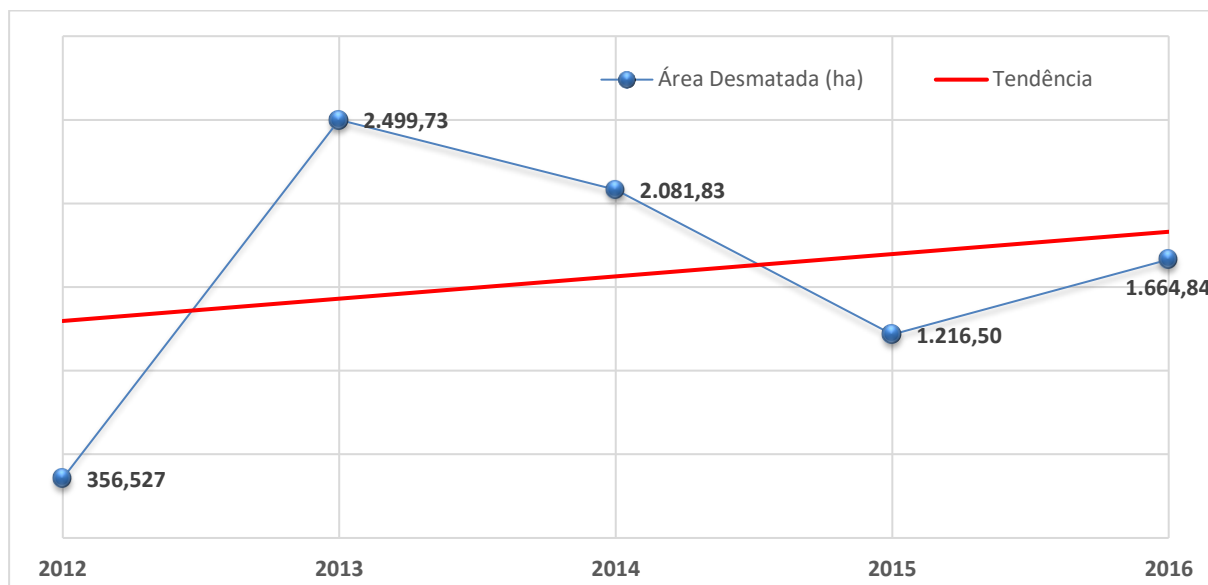
Como resultado das análises dos dados de desmatamento no período de 2012 a 2016 (dados disponíveis), fornecidos pela Unidade de Geoprocessamento do Estado – UCEGEO, elaborou-se o quantitativo de áreas desmatadas para o conjunto das UCs cadastradas, onde apresentou total de 7.819,43 hectares desmatados (Tabela 2). No período, a UC que apresentou maior área alterada foi a RESEX Alto Juruá (2.242,984 ha) e a UC que apresentou menor área alterada foi a ARIE Japiim-Pentecoste (31,711 ha).

O ano de maior intensidade de área desmatada nas UCs foi 2013 com 2.499,73 hectares, enquanto o ano de menor intensidade foi 2012 (Tabela 2). Na Figura 2 pode-se analisar a tendência de crescimento das áreas desmatadas, considerando o período de 2012 a 2016.

**Tabela 2. Quantitativo de área desmatada no período de 2012 a 2016 por Unidades de Conservação cadastradas nas Regionais Juruá e Tarauacá-Envira.**

UC	Jur	Áreas desmatadas (ha) por Ano Analisado					Total Geral (ha)	%
		2012	2013	2014	2015	2016		
<i>Arie Japiim-Pentecoste</i>	<i>Est</i>	0,000	22,004	8,714	0,000	0,993	<b>31,711</b>	<b>0,41%</b>
<i>Floes Mogno</i>	<i>Est</i>	30,766	363,176	245,468	64,859	222,351	<b>926,620</b>	<b>11,85%</b>
<i>Floes Rio Gregório</i>	<i>Est</i>	59,153	163,935	175,559	83,393	198,086	<b>680,126</b>	<b>8,70%</b>
<i>Floes Rio Liberdade</i>	<i>Est</i>	1,440	179,880	87,005	36,962	96,969	<b>402,255</b>	<b>5,14%</b>
<i>Flona Santa Rosa do Purus</i>	<i>Fed</i>	32,095	214,235	82,916	39,074	73,598	<b>441,917</b>	<b>5,65%</b>
<i>Parna Serra do Divisor</i>	<i>Fed</i>	173,584	339,637	301,625	260,649	170,091	<b>1.245,586</b>	<b>15,93%</b>
<i>Resex Alto Juruá</i>	<i>Fed</i>	0,000	524,157	784,310	292,426	642,091	<b>2.242,984</b>	<b>28,68%</b>
<i>Resex Alto Tarauacá</i>	<i>Fed</i>	59,490	279,825	185,564	239,157	176,891	<b>940,927</b>	<b>12,03%</b>
<i>Resex Riozinho da Liberdade</i>	<i>Fed</i>	0,000	412,885	210,672	199,975	83,767	<b>907,299</b>	<b>11,60%</b>
<b>Total Geral</b>		<b>356,527</b>	<b>2.499,733</b>	<b>2.081,834</b>	<b>1.216,495</b>	<b>1.664,836</b>	<b>7.819,425</b>	<b>100,0%</b>

Arie=Área de Relevante Interesse Ecológico; Floes=Floresta Estadual; Flona=Floresta Nacional; Parna=Parque Nacional; Resex=Reserva Extrativista; Jur=Jurisdição; Est=Estadual; Fed=Federal.

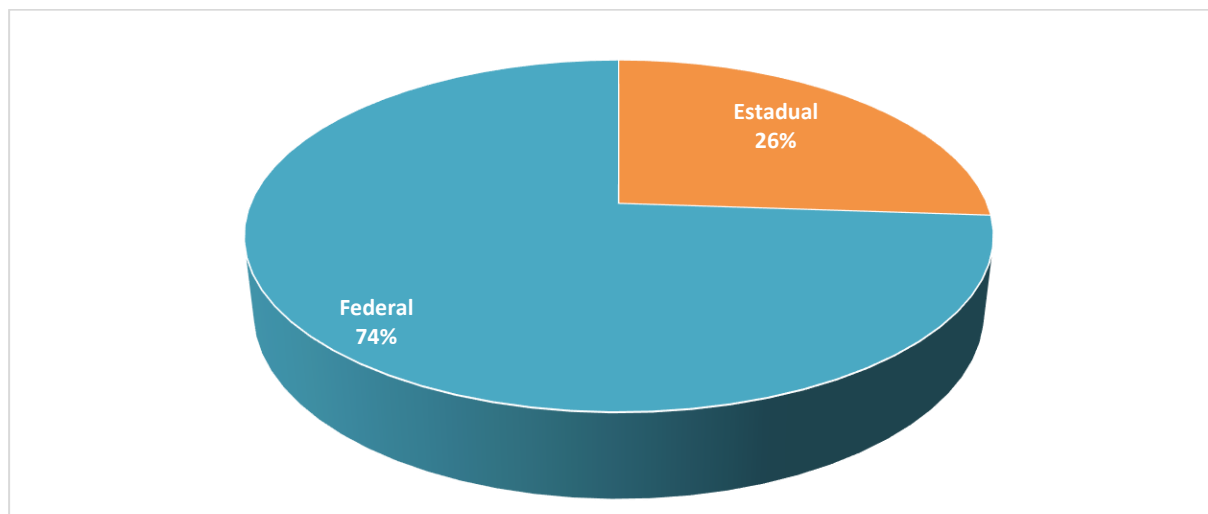


**Figura 2. Quantitativos de área desmatada (ha) para as Unidades de Conservação das Regionais Juruá e Tarauacá-Envira no período de 2012 a 2016. Fonte: UCEGEO (2018).**

Quanto à jurisdição, as UCs Estaduais foram responsáveis por 26,1% da área desmatada, enquanto que as UCs Federais 73,9% do total para as UCs cadastradas (Tabela 3; Figura 3).

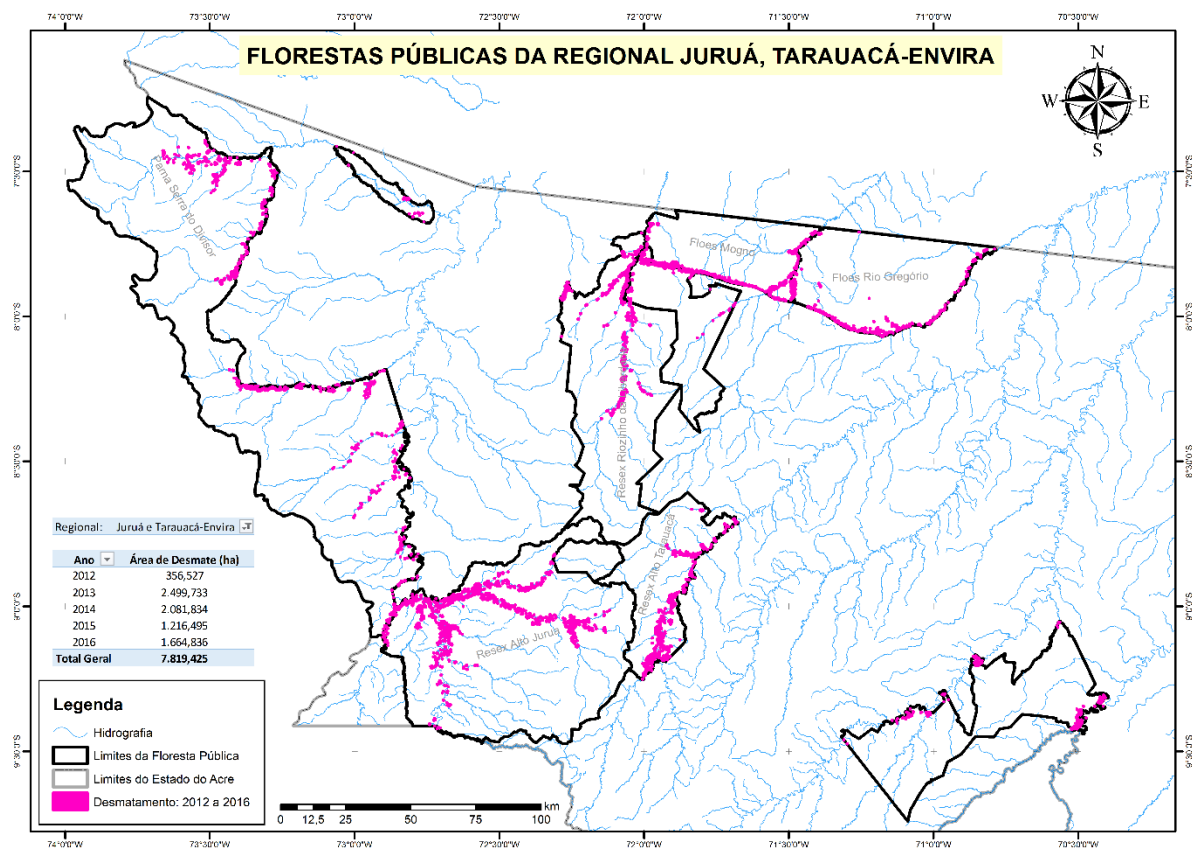
**Tabela 3. Quantitativo de área desmatada por jurisdição das UCs cadastradas nas Regionais Juruá e Tarauacá-Envira.**

Jurisdição das UCs	Área Desmatada total (ha)	%
<i>Estadual</i>	2040,712	26,1%
<i>Federal</i>	5778,713	73,9%
<b>Total Geral</b>	<b>7819,425</b>	<b>100,0%</b>



**Figura 3. Distribuição das áreas desmatadas por jurisdição das UCs cadastradas nas Regionais Juruá e Tarauacá-Envira.**

Na Figura 4 pode-se analisar a distribuição das ocorrências de alteração de cobertura dentro das UCs cadastradas.



**Figura 4. Distribuição das ocorrências de desmatamento no período de 2012 a 2016 para o conjunto das Florestas Cadastradas nas Regionais Juruá, Tarauacá-Envira. Fonte: UCEGEO (2018).**

### 3.3 HISTÓRICO DE FOCOS DE CALOR/QUEIMADAS

O histórico de focos de calor ocorridos dentro das UCs cadastradas foi realizado considerando as ações dos últimos cinco anos e apresentou informações sobre as ações referente aos focos de calor, evidenciando queimadas e/ou incêndios florestais, auxiliando também, junto com as informações de desmate, na tomada de decisão para controle e implantação de políticas públicas nas Unidades de Conservação.

Os resultados das análises dos dados de foco de calor (dados disponíveis), fornecidos pelo INPE (<https://prodwww-queimadas.dgi.inpe.br/bdqueimadas>), referentes ao período de 01/01/2013 a 31/12/2017, contemplando 5 anos de análise temporal com dados estratificados por hora, dia, mês e ano, indicaram total de 5.137 focos de calor dentro das UCs cadastradas (Tabela 4). No período, assim como ocorreu em relação ao desmatamento, a UC

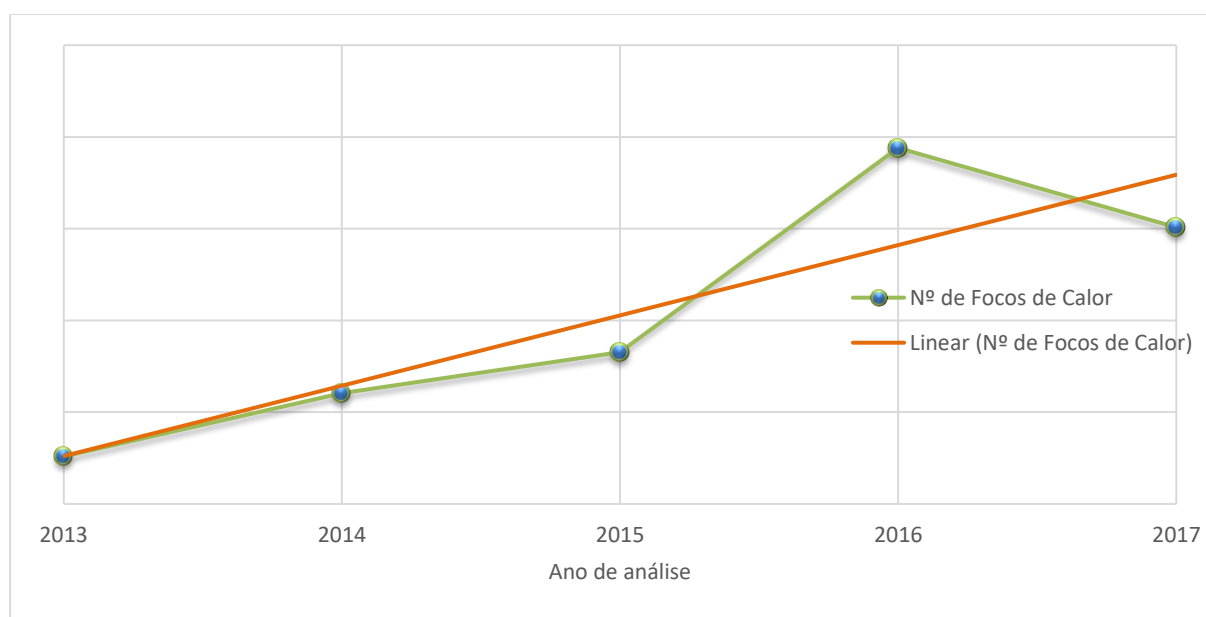
que apresentou maior número de focos de calor foi a RESEX Alto Juruá (1.584 focos) e a UC que apresentou menor número de focos foi a ARIE Japiim-Pentecoste (66 focos).

O ano de maior intensidade de focos de calor nas UCs foi 2016 com 1.940 registros, enquanto o ano de menor intensidade foi 2013 com 259 registros (Tabela 4). Na Figura 5 pode-se analisar a tendência de crescimento das ocorrências de focos de calor, considerando o período de 2012 a 2016.

**Tabela 4. Quantitativo de Focos de Calor no período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de outubro de 2017 para as Unidades de Conservação cadastradas nas Regionais Juruá e Tarauacá-Envira.**

UC	Jur	Nº de focos de calor por ano analisado					Total Geral (nº focos)	%
		2013	2014	2015	2016	2017		
<i>Arie Japiim-Pentecoste</i>	<i>Est</i>	2	9	5	19	31	66	1,30%
<i>Floes Mogno</i>	<i>Est</i>	22	53	69	209	135	488	9,50%
<i>Floes Rio Gregório</i>	<i>Est</i>	11	46	77	160	174	468	9,00%
<i>Floes Rio Liberdade</i>	<i>Est</i>	21	51	38	127	92	329	6,40%
<i>Flona Santa Rosa do Purus</i>	<i>Fed</i>	14	32	35	73	63	217	4,20%
<i>Parna Serra do Divisor</i>	<i>Fed</i>	74	110	204	403	297	1088	21,20%
<i>Resex Alto Juruá</i>	<i>Fed</i>	86	199	250	654	395	1584	30,90%
<i>Resex Alto Tarauacá</i>	<i>Fed</i>	14	45	79	118	130	386	7,50%
<i>Resex Riozinho da Liberdade</i>	<i>Fed</i>	15	59	70	177	190	511	10,00%
<b>Total Geral</b>		<b>259</b>	<b>604</b>	<b>827</b>	<b>1940</b>	<b>1507</b>	<b>5137</b>	<b>100,00%</b>

Arie=Área de Relevante Interesse Ecológico; Floes=Floresta Estadual; Flona=Floresta Nacional; Parna=Parque Nacional; Resex=Reserva Extrativista; Jur=Jurisdição; Est=Estadual; Fed=Federal.



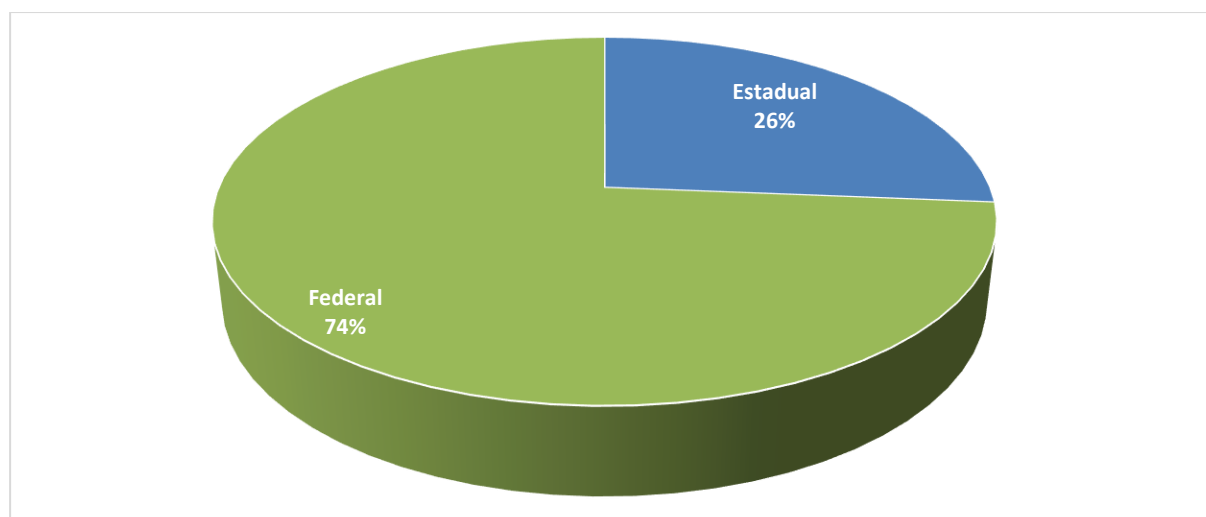
**Figura 5. Distribuição anual dos focos de calor para as Unidade de Conservação das Regionais Juruá e Tarauacá-Envira no período de 2013 a 2017. Fonte: INPE (2017).**



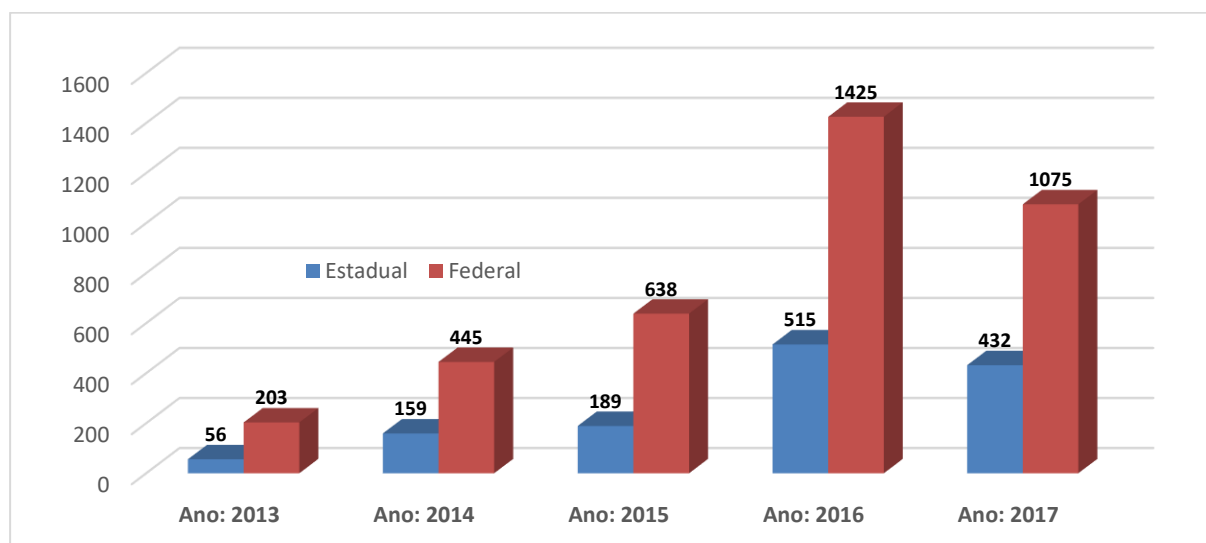
Quanto à jurisdição, as UCs Estaduais foram responsáveis por 26,3% dos focos de calor registrados para toda as UCs cadastradas, enquanto que as UCs Federais foram responsáveis por 73,7% do total (Tabela 5; Figura 6). O ano mais intenso para as UCs Estaduais foi 2016, o mesmo ano para as UCs Federais (Figura 7).

**Tabela 5. Quantitativo de área desmatada por jurisdição das UCs cadastradas nas Regionais Juruá e Tarauacá-Envira.**

Jurisdição das UCs	Nº de focos de calor por ano analisado					Total Geral (nº focos)	%
	2013	2014	2015	2016	2017		
<i>Estadual</i>	56	159	189	515	432	1351	26,3%
<i>Federal</i>	203	445	638	1425	1075	3786	73,7%
<b>Total Geral</b>	<b>259</b>	<b>604</b>	<b>827</b>	<b>1940</b>	<b>1507</b>	<b>5137</b>	<b>100,0%</b>



**Figura 6. Distribuição dos focos de calor por jurisdição das UCs cadastradas nas Regionais Juruá e Tarauacá-Envira.**



**Figura 7. Distribuição anual dos focos de calor por jurisdição das UCs cadastradas nas Regionais Juruá e Tarauacá-Envira.**

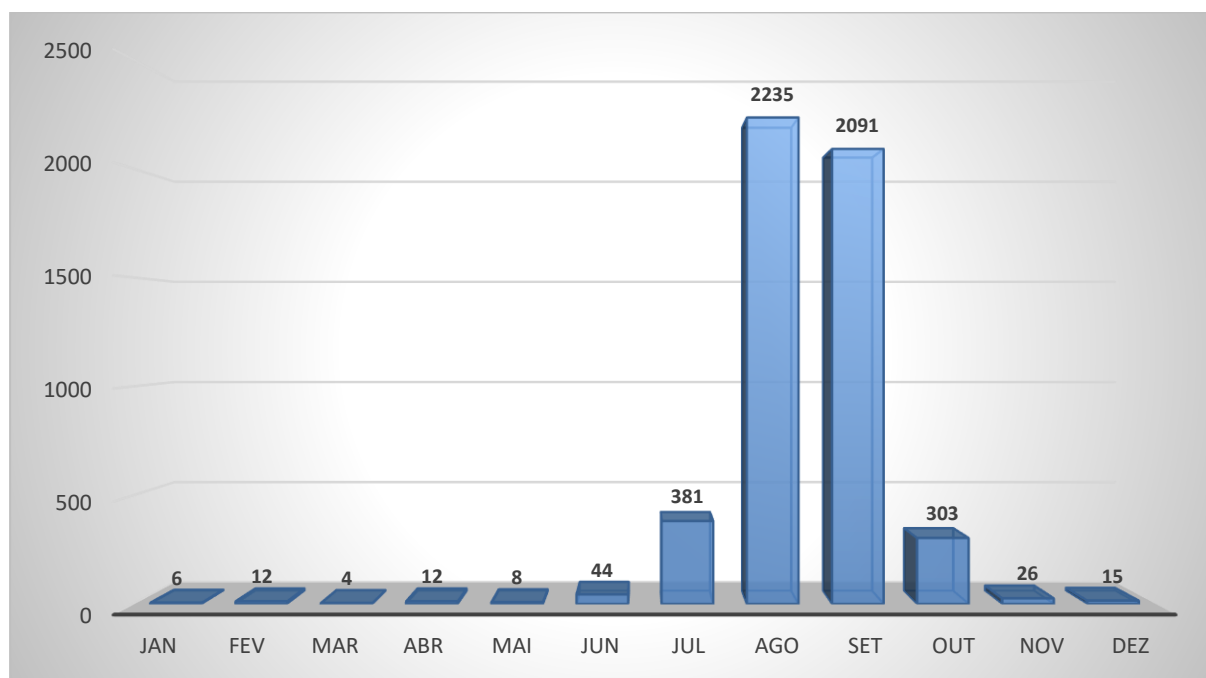
A análise do histórico de focos de calor fornece outras informações relevantes, como a distribuição de ocorrências nos meses do ano. A partir dos dados é possível conhecer o padrão do uso de fogo com a maior e menor incidência, podendo elaborar intervenções antecipadamente.

Ao analisar a distribuição mensal média nos anos considerados (2013 a 2017) nota-se que os meses críticos são agosto com 43,6% e setembro com 40,8% das ocorrências totais. Esses dois meses representam cerca de 84,3% de todas as ocorrências no período analisado (Tabela 6, Figura 8).

**Tabela 6. Criticidade de Focos de Calor mensal considerando todas as florestas cadastradas no período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de outubro de 2017, Regionais Juruá e Tarauacá-Envira.**

Ano	MESES												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
2013	2	8		9		2	2	59	165	5	1	6	259
2014			1	2	3	5	13	244	281	50	5		604
2015	2	3			1	5	9	268	495	39	4	1	827
2016	1	1	2	1	1	20	193	1082	534	89	13	3	1940
2017	1		1		3	12	164	582	616	120	3	5	1507
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>8</b>	<b>44</b>	<b>381</b>	<b>2235</b>	<b>2091</b>	<b>303</b>	<b>26</b>	<b>15</b>	<b>5137</b>
%	0,12%	0,23%	0,08%	0,23%	0,16%	0,86%	7,42%	43,51%	40,70%	5,90%	0,51%	0,29%	100,00%

Fonte: <https://prodwww-queimadas.dgi.inpe.br/bdqueimadas>



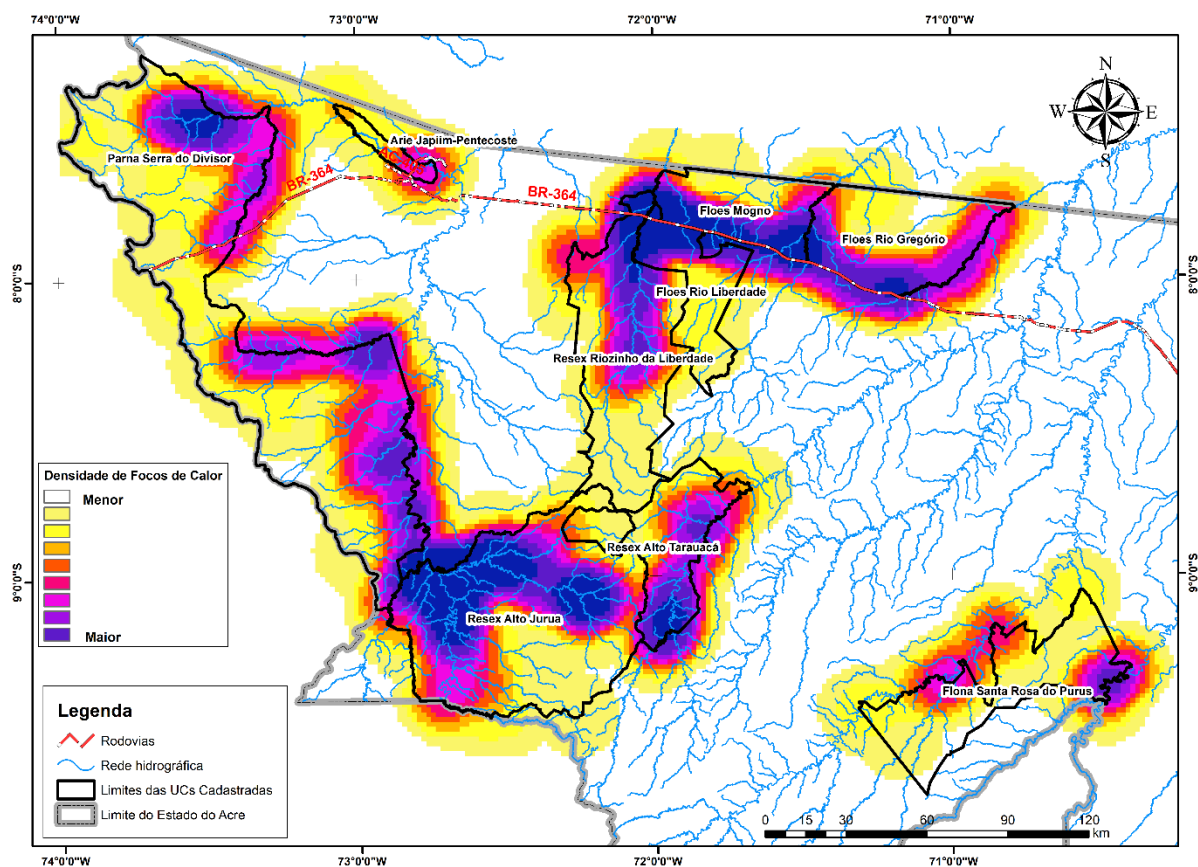
Fonte: <https://prodwww-queimadas.dgi.inpe.br/bdqueimadas>

**Figura 8. Distribuição mensal média dos focos de calor para as UCs cadastradas na Regional Tarauacá-Envira-Juruá.**

Ao longo dos anos, dentro do período analisado, os meses mais críticos estão diretamente ligados ao período de estiagem, o “verão amazônico” que vai de julho a outubro. Essa elevada criticidade de focos no período de estiagem (agosto e setembro) configura uma situação preocupante para os gestores das UCs, pois em anos de secas severas todo o sistema apresenta-se muito seco, florestas, serrapilheira, solos e a própria rede de drenagem, aumentando assim o risco de perda do controle do fogo e ocorrência de incêndios florestais.

Outra forma analisada diz respeito a criticidade de focos de calor através de mapas de Criticidade por Densidade Geoespacial, com indicação da densidade dos focos nas florestas cadastradas, determinando onde concentram as maiores ocorrências de calor.

Considerando todo o período analisado (2013 a 2017), a geração do mapa de densidade mostrou claramente a concentração dos focos às margens da BR-364 e ao longo dos rios, onde possivelmente há maior concentração de moradores. O mapa mostra onde deve-se ter mais atenção quanto ao controle e fiscalização para diminuir a incidência de focos de calor.



**Figura 9: Criticidade de Focos de Calor por Densidade Geoespacial para as unidades de conservação cadastradas nas Regionais Juruá e Tarauacá-Envira, 2013 a 2017.**

### 3.4 MONITORAMENTO DE DESMATAMENTO

O desmatamento é uma das principais ações antrópicas que existem dentro das Unidades de Conservação, sendo uma das de mais fácil e barata identificação, além de ser indicativo de presença humana e conseqüente existência de caça, extração ilegal de madeira e outras atividades indesejáveis inerentes à presença humana em áreas deste tipo.

Já em Unidades de Conservação que permitem a presença de moradores, além da identificação de novas ocupações, o monitoramento das taxas de desmatamento consegue avaliar e acompanhar o ritmo da degradação causada pelos moradores, dando subsídios para verificação do atendimento ou não do plano de uso, podendo até identificar os responsáveis por determinadas atividades, dando subsídios à administração destas Unidades de Conservação e promovendo a presença do Estado nestas áreas.

Os períodos monitorados foram relativamente curtos (bimestrais) e com pouca disponibilidade de imagens de satélite para melhor análise. Portanto, os resultados não foram satisfatórios do ponto de vista da quantificação dos desmates. Na tabela abaixo apresenta-se o estado original das UCs quanto ao quantitativo de desmatamento de 1988 a 2017 (marco zero) e os períodos de monitoramento da consultoria, onde a ausência de valores está ligada a indisponibilidade de dados oficiais e também de imagens de satélite aptas para quantificação dos desmatamentos.

**Tabela 7. Monitoramento do desmatamento nas UCs cadastradas nas das Regionais Juruá e Tarauacá-Envira, considerando a área da UC, área e percentual de desmate consolidado na UC e os períodos de avaliação entre outubro de 2017 a julho de 2018.**

Unidade de Conservação	Área da UC Calculada (ha)	Área desmatada (1988 a 2017)		Período de Monitoramento				
		Área (ha)	%	1	2	3	4	5
				Out a Nov./17	Dez/17 a Jan./18	Fev. 18 a Mar./18	Abr. a Mai./18	Jun./18 a jul./18
RESEX Alto Juruá	529.443,25	18.400,01	3,48%	-	-	-	-	-
RESEX Alto Tarauacá	151.845,96	6.549,80	4,31%	-	-	-	-	-
ARIE Japiim-Pentecoste	25.668,13	903,78	3,52%	-	-	-	-	-
FLOES Mogno	141.072,19	3.868,28	2,74%	-	-	-	-	-
FLOES Rio Gregório	211.979,82	4.645,38	2,19%	-	-	-	-	-
FLOES Rio Liberdade	76.757,87	2.530,05	3,30%	-	-	-	-	-
RESEX Riozinho da Liberdade	320.780,11	6.105,34	1,90%	-	-	-	-	-
FLONA Santa Rosa do Purus	228.982,72	3.103,11	1,36%	-	-	-	-	-
PARNA Serra do Divisor	784.028,30	12.309,38	1,57%	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.470.558,35</b>	<b>58.415,14</b>	<b>2,36%</b>	-	-	-	-	-

### 3.5 MONITORAMENTO DE FOCOS DE CALOR

O monitoramento de focos de calor no período da consultoria, ou seja, de novembro de 2017 a outubro de 2018, foi realizado e conseguiu alcançar os objetivos devido a disponibilidade de informações durante o ano todo, independentemente das condições de cobertura de imagens.

O INPE disponibiliza diariamente informações de focos de calor, pois utiliza satélites que possuem sensores óticos operando na faixa termal-média de 4µm, onde cada satélite de órbita polar produz pelo menos um conjunto de imagens por dia, e os geoestacionários geram algumas imagens por hora, sendo que no total o INPE processa mais de 100 imagens por dia especificamente para detectar focos de queima da vegetação.

Dessa forma, o monitoramento de focos de calor tornou-se eficiente para suspeição de atividade humana causadora de degradação ambiental, muito provavelmente relacionada a desmate e queima. Municinando o gestor e órgãos de fiscalização ambiental de informações para intervenção rápida. Na tabela abaixo apresenta-se os resultados do monitoramento por UC nos períodos considerados (período 1 = novembro a dezembro de 2017; período 2=janeiro e fevereiro de 2018; período 3 = março e abril de 2018; período 4 = maio a julho de 2018; e período 5 = agosto a outubro de 2018).

**Tabela 8. Quantitativo de Focos de Calor nos períodos monitorados para cada Florestas Cadastradas nas Regionais Juruá, Tarauacá-Envira.**

UC	Período 1	Período 2	Período 3	Período 4	Período 5	Total	%
	Nov. e Dez/17	Jan e Fev./18	Mar e Abr./18	Mai, Jun. e Jul./18	Ago., Set e Out/18		
<i>Arie Japiim-Pentecoste</i>	1			2	16	19	0,79%
<i>Floes Mogno</i>	1			19	202	222	9,28%
<i>Floes Rio Gregório</i>	4			25	234	263	10,99%
<i>Floes Rio Liberdade</i>				12	122	134	5,60%
<i>Flona Santa Rosa do Purus</i>				9	60	69	2,88%
<i>Parna Serra do Divisor</i>	1	1		27	427	456	19,06%
<i>Resex Alto Juruá</i>	1		2	33	720	756	31,61%
<i>Resex Alto Tarauacá</i>				2	229	231	9,66%
<i>Resex Riozinho da Liberdade</i>				5	237	242	10,12%
<b>Total Geral</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>134</b>	<b>2.247</b>	<b>2392</b>	<b>100,0%</b>
<b>%</b>	<b>0,33%</b>	<b>0,04%</b>	<b>0,08%</b>	<b>5,60%</b>	<b>93,94%</b>	<b>100,0%</b>	

Os dados do monitoramento corroboram com o histórico de focos de calor onde os meses mais intensos são setembro e outubro. Nesses meses, compreendidos pelo Período 5, ocorreram 93,94% dos focos de calor, onde a UC que mais apresentou focos foi a Resex Alto Juruá (31,61%) e a UC com menor ocorrência foi a ARIE Japiim-Pentecoste (0,79%).

### **3.6 ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO ESTADUAL**

A elaboração do Cadastro Estadual de Florestas Públicas foi de forma a permitir a inclusão /ou atualização de informações sobre as UCs, como forma de manter o CEFP como ferramenta eficaz de consulta e de gestão pública.

De modo geral foi realizado a atualização nos aspectos cadastrais, além das ações antrópicas de focos de calor e desmatamento nos últimos 5 anos (2013 a 2017) relativas a cada UC cadastrada. Importante destacar que para as atividades de focos de calor o Cadastro foi atualizado considerando até novembro de 2018, enquanto que o desmate apenas até o ano de 2017.

Os resultados da atualização podem ser vistos em Anexo para cada UC, conforme o formulário padrão estabelecido no Quadro 2 mostrado anteriormente.

#### **4 PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS E FUTUROS DESDOBRAMENTOS**

Os principais resultados alcançados com a elaboração do Cadastro Estadual das Florestas Públicas foram:

1. Elaboração de uma base de informação, com estrutura mínima, para gestores e sociedade em geral realizar consultas e análises;
2. Determinação de um marco sobre as ações antrópicas relacionadas ao desmatamento e às queimadas (focos de calor), auxiliando os gestores nas intervenções de proteção e controle das UCs;
3. Centralização de informações das UCs, principalmente as Estaduais, visto que o Estado é o gestor.

Com a atualização constante dos Cadastro, principalmente quanto as questões antrópicas e fundiárias, os desdobramentos serão o aumento gradativo da capacidade de gestar as Unidades, principalmente àquelas sob jurisdição Estadual.

A incorporação de informações relativas a situação fundiária torna-se de fundamental importância para a manutenção dos objetivos das UCs, acompanhando o aparecimento e evolução de conflitos quanto ao uso inadequado das áreas.

A disponibilização das informações em ambiente público, principalmente o ambiente virtual (*internet*), visando ampla divulgação para sociedade em geral, contribuirá para difusão e auxiliará na proteção dos conceitos de cada UC.

## **5 PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS**

As principais dificuldades encontradas para elaboração dos produtos relacionam-se com o acesso de informação oficial, principalmente àquelas sobre desmatamento. Importante mencionar que esses dados são produzidos anualmente pela Unidade de Geoprocessamento do Acre – UCEGEO, com metodologia própria a qual difere da metodologia empregada pelo INPE (PRODES), com por exemplo. São metodologias diferentes e por isso, a consultoria ficou refém da ausência de informações relativas à atividade de 2018.

Outra informação oficial refere-se aos polígonos das UCs, pois muitos não são georreferenciados e certificados pelo INCRA, o que inevitavelmente ocasiona sobreposição com outras áreas, culminando na imprecisão do cadastro e suas análises.

O período de monitoramento, principalmente para as ações antrópicas relativas a desmatamento, foi muito pequeno (bimestral). Em função da indisponibilidade de imagens em períodos chuvosos e com excesso de nuvens, dificultando sobremaneira a identificação dos desmatamentos.

Apesar do CEFP ser uma ferramenta inédita no Estado, houve dificuldades quanto a ausência de uma plataforma que permita realizar o cadastro em padrões adequados aos do cadastro nacional, ou seja, uma plataforma compatível.

As informações das UCs estão de forma dispersas e muitos documentos (decreto de criação, audiências públicas, portaria de criação dos conselhos, plano de manejo da unidade, plano de manejo de uso múltiplo, entre outros) e estudos (pesquisas, teses de graduação, mestrado e doutorados, etc.) não estão disponíveis na internet, com isso, a dificuldade de vinculação com o CEFP.



## **6 PERSPECTIVAS E PRÓXIMOS PASSOS**

A elaboração do CEFP teve como objetivo a formação de um banco de dados gerencial com diversas informações, destinadas tanto como ferramenta de auxílio para os Gestores das Unidades de Conservação, quanto para dar publicidade e transparência à gestão destas Áreas, tanto para o público especializado quanto ao público em geral.

Nisso, o cadastro realizado por esta consultoria visou compatibilização com o Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP), de modo que sua estrutura seguiu a Resolução SFB nº 02, de 06 de julho de 2007, que regulamenta o CNFP.

Além da compilação e padronização destes dados, ainda não de modo estruturado, foram realizadas análises acerca de ações antrópicas em todas as UCs no estado. Para estas análises foram utilizados dois parâmetros: análises a princípio bimestrais de focos de calor e de percentual de desmatamento.

Tais análises, principalmente a de focos de calor, demonstraram ser excelentes índices para acompanhamento das atividades antrópicas nas UCs. Contudo sugere-se que a periodicidade de análises de focos de calor seja alterada de bimestral para trimestral. Já uma análise de desmate semestral já é suficiente, embora haja maior disponibilidade de imagens nos períodos de estiagem, que coincidem com a época de maior taxa de desmates nas regionais estudadas.

Além da inclusão destes dados relativos a ações antrópicas nas UCs, concluiu-se que o CEFP tem um potencial muito maior, servindo como uma central de dados das Unidades de Conservação Estaduais.

Para que isso se concretize, primeiramente é necessária a criação de uma plataforma que permita inserir estes dados, onde estes serão publicitados. Atualmente existem páginas de internet, como a <https://uc.socioambiental.org> que disponibiliza diversos dados sobre as Unidades de Conservação existentes. Entretanto, a plataforma sugerida inclui, além de dados periódicos, como os focos de calor e taxas de desmate, informações como:

- Atos de Criação das Unidades de Conservação;

- Peças de Criação destas UCs e respectivos estudos;
- Planos de Manejo das UCs
- Memoriais Descritivos dos Limites das UCs;
- Relação de Moradores (para UCs que os permitem)
- Arquivos vetoriais de limites oficiais, acessos, e demais infraestruturas;
- Produções científicas que envolvam as UCs (Monografias, Trabalhos de Conclusão de Curso, Publicações, Dissertações de Mestrado, teses de Doutorado e afins);
- Dados das Atividades de Concessão Florestal, nas Florestas Estaduais incluindo:
  - Inventários Florestais
  - Planos Operacionais Anuais e Planos de Manejo Florestais Sustentáveis Madeireiros e Não-madeireiros
  - Contratos de exploração e concessão;
  - Resultados da exploração.

Além destas informações, apesar de ser previsto na IN 02 do SFB, questões referentes a “Existência de Conflitos Fundiários ou Sociais” são imprescindíveis para a administração das Unidades de Conservação, entretanto, é importante sua contextualização e correta caracterização, informações estas que não podem ser fornecidas empiricamente, havendo, para isso, a necessidade de estudos constantes nas áreas das ciências sociais para identificar, contextualizar e tentar demonstrar os motivos dos conflitos fundiários e/ou sociais existentes.

## **7 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO**

---

**Fábio Thaines**

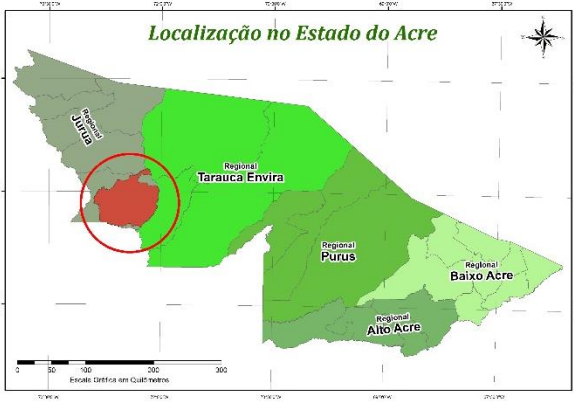
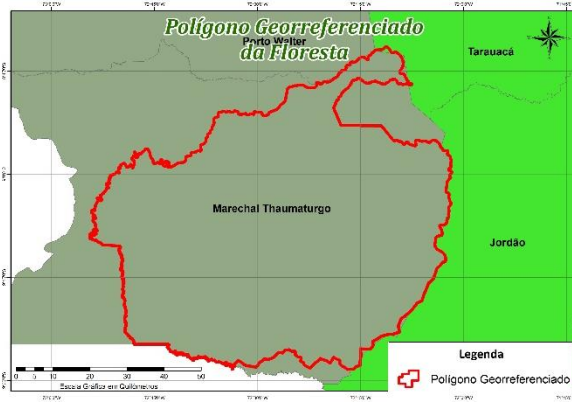
Engenheiro Florestal

CREA 8.601 D / MT, Visto AC 8086/2002

Consultor Individual

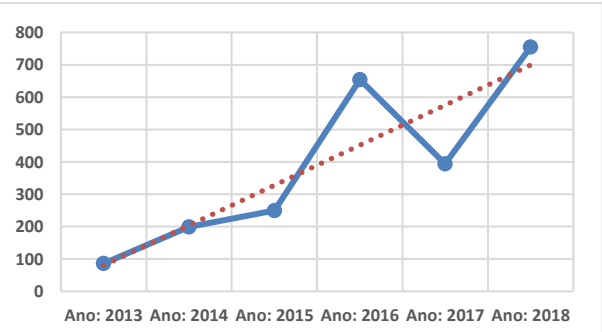
**ANEXOS - CADASTRO ESTADUAL DE FLORESTAS PÚBLICAS**

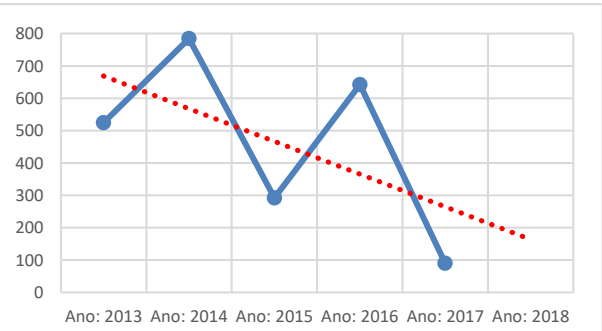
**RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ**

Nome	
<u>Reserva Extrativista do Alto Juruá.</u>	
Localização e Limites Georreferenciados	
 <p style="text-align: center;"><i>Localização no Estado do Acre</i></p>	 <p style="text-align: center;"><i>Polígono Georreferenciado</i></p>
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Floresta Pública “A” – FPA (Possui dominialidade pública e destinação Específica)
<i>Código</i>	FPA-722640W-090823S
<i>Destinação</i>	Reserva Extrativista
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto nº 98.863, de 23 de janeiro de 1990.
<i>Matrícula</i>	Não disponível
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Marechal Thaumaturgo (AC).
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Juruá.
<i>Titular</i>	União Federal
<i>Gestor</i>	ICMbio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade,
<i>Área Oficial</i>	506.186 ha
<i>Área</i>	529.443,25 ha
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Floresta Aberta com Bambu Dominante (FABD);</li> <li>- Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus + Floresta Densa (FAP + FAB + FD);</li> <li>- Floresta Aberta com Bambus + Floresta Aberta com Palmeiras (FAB + FAP);</li> <li>- Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa + Floresta Aberta com Bambus (FAP + FD + FAB);</li> <li>- Floresta Aberta com Bambus + Floresta Densa (FAB + FD);</li> <li>- Floresta Aluvial Aberta com Palmeiras + Vegetação Secundária (FAP - Aluvial + Vs);</li> <li>- Floresta Aluvial Aberta com Palmeiras (FAP - Aluvial);</li> <li>- Floresta Densa + Floresta Aberta com Palmeiras (FD + FAP);</li> <li>- Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus (FAP + FAB);</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Floresta Aluvial Aberta com Bambus (FAB - Aluvial);</li> <li>- Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa (FAP + FD);</li> <li>- Floresta Densa + Floresta Aberta com Palmeiras (FD + FAP).</li> </ul>
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta Floresta Ombrófila Densa.
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	-----
<i>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultura familiar com ênfase para o manejo florestal;</li> <li>- Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais e culturas perenes;</li> <li>- Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais e manejo florestal não-madeireiro;</li> <li>- Agricultura familiar e médios e grandes empreendimentos com ênfase para o manejo florestal;</li> <li>- Agricultura tecnicada (sistemas agroflorestais, perenes e anuais), pecuária sustentável (leiteira), incorporação de área de floresta ao processo produtivo;</li> <li>- Área com uso definido (áreas indí-geas, reservas de floresta, parques nacionais, reservas extrativistas e projetos de assentamento agroextrativista).</li> </ul>

### Ações Antrópicas

<i>Quantidade de Focos de Calor (Nº de focos):</i>	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018*</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>86</td> <td>199</td> <td>250</td> <td>654</td> <td>394</td> <td>755</td> <td>2338</td> <td>389,7</td> </tr> </tbody> </table>	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano	86	199	250	654	394	755	2338	389,7
	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano									
86	199	250	654	394	755	2338	389,7										
<p><b>* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.</b></p> 																	

<i>Quantidade de Desmatamento (em hectare):</i>	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018**</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>524,16</td> <td>784,31</td> <td>292,43</td> <td>642,09</td> <td>90,13</td> <td>--</td> <td>2.333,11</td> <td>466,62</td> </tr> </tbody> </table>	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano	524,16	784,31	292,43	642,09	90,13	--	2.333,11	466,62
	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano									
524,16	784,31	292,43	642,09	90,13	--	2.333,11	466,62										
<p><b>** Não há informações sobre o desmate em 2018.</b></p> 																	


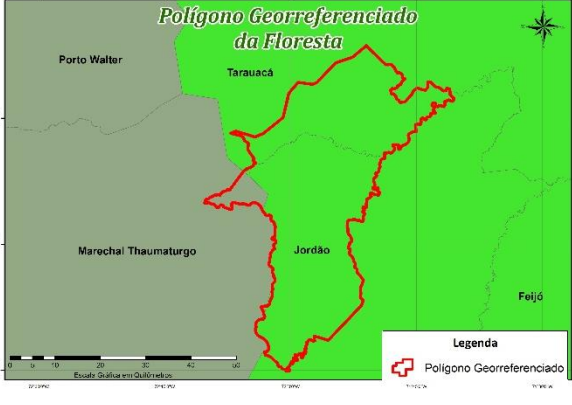
### Questões Fundiárias

<i>Uso e Destinação Comunitários</i>	Sem Informações
<i>Pretensões de posse</i>	Sem Informações
<i>Existência de Conflitos Fundiários ou sociais</i>	Não há registro de conflitos fundiários ou sociais.

### Informações Gerais

<i>Estudos Associados</i>	-----
<i>Atividades desenvolvidas dentro da Área</i>	-----
<i>Certificações</i>	-----
<i>Normas e Atos</i>	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Decreto nº 98.863, de 23 de janeiro de 1990, cria a Reserva Extrativista do Alto Juruá <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98863.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98863.htm</a></li><li>2. Portaria nº 67, 21 de julho de 2011, cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Alto Juruá/AC <a href="http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/resex_alto_juruá.pdf">http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/resex_alto_juruá.pdf</a></li></ol>
<i>Contratos Administrativos e cíveis</i>	-----

**RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO TARAUACÁ**

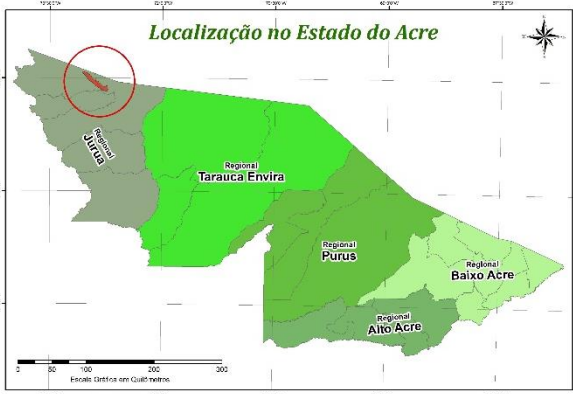
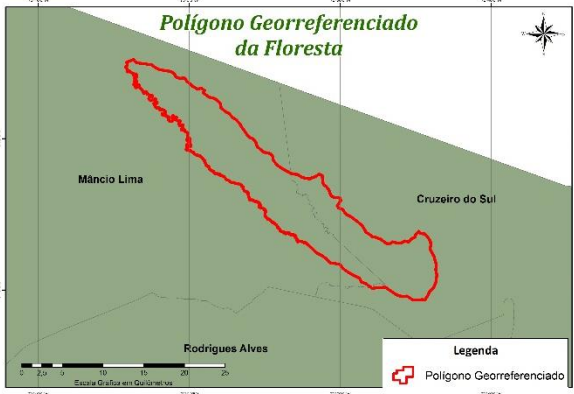
Nome	
<u>Reserva Extrativista do Alto Tarauacá.</u>	
Localização e Limites Georreferenciados	
8	
<i>Localização no Estado do Acre</i>	
	
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Floresta Pública “A” – FPA (Possui dominialidade pública e destinação Específica)
<i>Código</i>	FPA-715604W-085348S
<i>Destinação</i>	Reserva Extrativista
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto sem número, de 08 de novembro de 2000.
<i>Matrícula</i>	Não disponível
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Jordão (AC), Tarauacá (AC), Marechal Thaumaturgo (AC).
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Tarauacá-Envira, Juruá.
<i>Titular</i>	União Federal
<i>Gestor</i>	ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
<i>Área Oficial</i>	151.199,64 ha
<i>Área</i>	151.845,96 ha
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa + Floresta Aberta com Bambus (FAP + FD + FAB);</li> <li>- Floresta Aberta com Bambu Dominante (FABD);</li> <li>- Floresta Aberta com Bambus + Floresta Aberta com Palmeiras (FAB + FAP);</li> <li>- Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus (FAP + FAB);</li> <li>- Floresta Aluvial Aberta com Palmeiras (FAP - Aluvial);</li> <li>- Floresta Densa + Floresta Aberta com Palmeiras (FD + FAP);</li> <li>- Floresta Aberta com Palmeiras (FAP);</li> <li>- Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus + Floresta Densa (FAP + FAB + FD);</li> <li>- Floresta Aberta com Bambus + Floresta Densa (FAB + FD).</li> </ul>
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta Floresta Ombrófila Densa.

<p>Aspectos da Cobertura Florestal</p> <p>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</p>	<p>-----</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultura familiar com ênfase para o manejo florestal</li> <li>- Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais e culturas perenes;</li> <li>- Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais e manejo florestal não-madeireiro;</li> <li>- Agricultura familiar e médios e grandes empreendimentos com ênfase para o manejo florestal;</li> <li>- Agricultura familiar ribeirinha com ênfase a culturas anuais, sistemas agroflorestais e manejo florestal;</li> </ul> <p>Área com uso definido (áreas indígenas, reservas de floresta, parques nacionais, reservas extrativistas e projetos de assentamento agroextrativista)</p>																
<b>Ações Antrópicas</b>																	
<p>Quantidade de Focos de Calor (nº de focos)</p>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018*</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>14</td> <td>45</td> <td>79</td> <td>118</td> <td>130</td> <td>231</td> <td>617</td> <td>102,8</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.</b></p>	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano	14	45	79	118	130	231	617	102,8
2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano										
14	45	79	118	130	231	617	102,8										
<p>Quantidade de Desmatamento (em hectare):</p>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018**</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>279,83</td> <td>185,56</td> <td>239,16</td> <td>176,89</td> <td>3,17</td> <td>--</td> <td>884,61</td> <td>176,92</td> </tr> </tbody> </table> <p><b>** Não há informações sobre o desmate em 2018.</b></p>	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano	279,83	185,56	239,16	176,89	3,17	--	884,61	176,92
2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano										
279,83	185,56	239,16	176,89	3,17	--	884,61	176,92										
<b>Questões Fundiárias</b>																	
<p>Uso e Destinação Comunitários</p>	<p>Sem Informações</p>																
<p>Pretensões de posse</p>	<p>Sem Informações</p>																
<p>Existência de Conflitos Fundiários ou sociais</p>	<p>Não há registro de conflitos fundiários ou sociais.</p>																

Informações Gerais	
<i>Estudos Associados</i>	-----
<i>Atividades desenvolvidas dentro da Área</i>	-----
<i>Certificações</i>	-----
<i>Normas e Atos</i>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Decreto de 08 de novembro de 2000, cria a Reserva Extrativista do Alto Tarauacá <a href="http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/UC-RPPN/decreto_sn_8nov2000_cria_resex_do_alto_tarauaca.pdf">http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/biodiversidade/UC-RPPN/decreto_sn_8nov2000_cria_resex_do_alto_tarauaca.pdf</a></li> <li>Portaria nº127, de 14 de dezembro de 2010, Cria o Conselho Deliberativo <a href="http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/resex_alto_tarauaca.pdf">http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/resex_alto_tarauaca.pdf</a></li> </ol>
<i>Contratos Administrativos e cíveis</i>	-----



**ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO JAPIIM-PENTECOSTE**

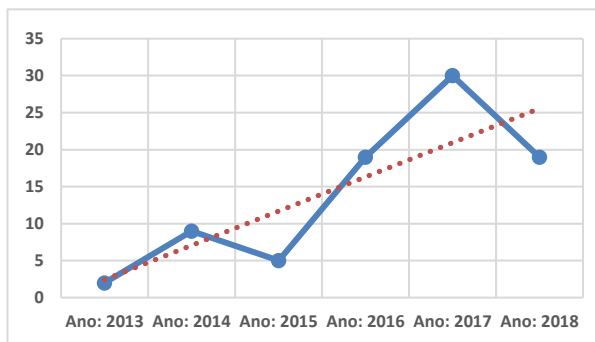
Nome	
<u>Área de Relevante Interesse Ecológico Japiim-Pentecoste</u>	
Localização e Limites Georreferenciados	
 <p style="text-align: center;"><i>Localização no Estado do Acre</i></p>	 <p style="text-align: center;"><i>Polígono Georreferenciado da Floresta</i></p>
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Necessário verificar se existem áreas sob domínio particular dentro dos limites da ARIE para que se caracterize ou não como Floresta Pública.
<i>Código</i>	---
<i>Destinação</i>	Área de Relevante Interesse Ecológico.
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto 4.365, de 06 de julho de 2009.
<i>Matrícula</i>	Não disponível.
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Mâncio Lima (AC), Cruzeiro do Sul (AC)
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Juruá
<i>Titular</i>	Governo do Estado do Acre.
<i>Gestor</i>	Sema - Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre
<i>Área Oficial</i>	25.750,98 ha (Decreto de Criação).
<i>Área</i>	25.668,13 ha.
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	- Floresta Aluvial Aberta com Palmeiras (FAP - Aluvial); - Floresta Aberta com Palmeiras + Formações Pioneiras (FAP + Pab).
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta; Floresta Ombrófila Densa.
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	---
<i>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</i>	- Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais e manejo florestal não-madeireiro; - Área com uso definido (áreas indígenas, reservas de floresta, parques nacionais, reservas extrativistas e projetos de assentamento agroextrativista).

### Ações Antrópicas

Quantidade de Focos de Calor (nº de focos)

2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano
2	9	5	19	30	19	84	14,0

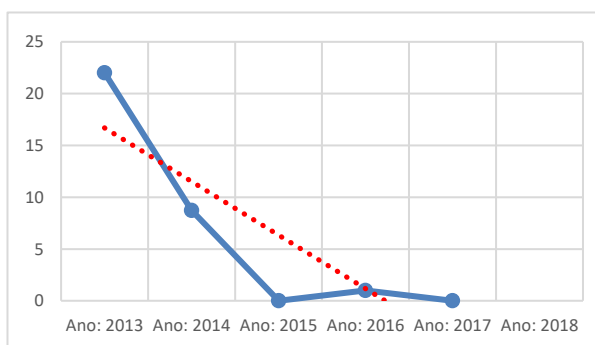
\* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.



Quantidade de Desmatamento (em hectare):

2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano
22,00	8,71	0,00	0,99	0,00	--	31,71	6,34

\*\* Não há informações sobre o desmate em 2018.



### Questões Fundiárias

Uso e Destinação Comunitários

Sem informações.

Pretensões de posse

Sem pretensões de posse incidentes sobre a floresta pública.

Existência de Conflitos Fundiários ou sociais

Sem informações.

### Informações Gerais

Estudos Associados

----

Atividades desenvolvidas dentro da Área

----

Certificações

----


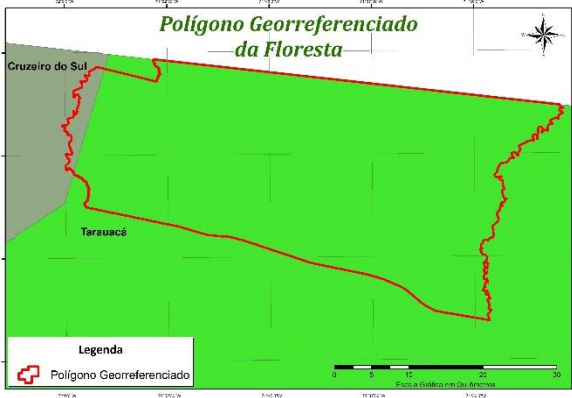
Normas e Atos

----

Contratos Administrativos e cíveis


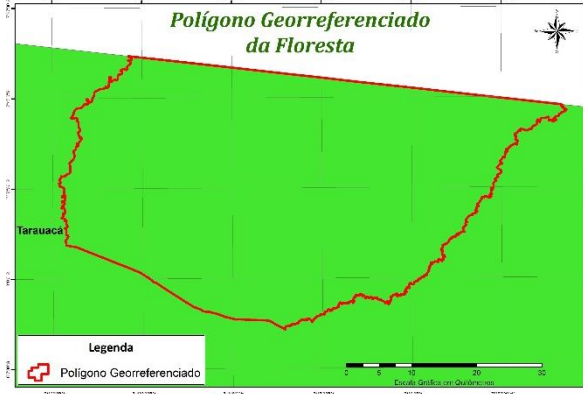
----

**FLORESTA ESTADUAL DO MOGNO**

Nome	
<i>Floresta Estadual do Mogno</i>	
Localização e Limites Georreferenciados	
 <p style="text-align: center;"><i>Localização no Estado do Acre</i></p>	 <p style="text-align: center;"><i>Polígono Georreferenciado da Floresta</i></p>
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Floresta Pública “A” – FPA (Possui dominialidade pública e destinação Específica)
<i>Código</i>	FPA-714205W-074603S
<i>Destinação</i>	Floresta Estadual
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto Estadual nº 9.717, de 09 de Março de 2004.
<i>Matrícula</i>	Matrícula 1024, Livro 2-D, Folha 287, Cartório De Registro de Imóveis de Tarauacá.
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Tarauacá (AC) / Cruzeiro do Sul (AC)
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Tarauacá-Envira / Juruá
<i>Titular</i>	Governo do Estado do Acre
<i>Gestor</i>	Sema - Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre
<i>Área Oficial</i>	141.450,29 ha
<i>Área</i>	141.072,19 ha
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	Floresta Aberta com Bambu + Floresta Aberta com Palmeiras (FAB + FAP); Floresta Aberta com Bambu Dominante (FABD); Floresta Aberta com Palmeiras – Aluvial (FAPa); Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa + Floresta aberta com Bambu (FAP + FD + FAB); Floresta Densa + Floresta Aberta com Palmeiras (FD + FAP).
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta Floresta Ombrófila Densa.
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	-----
<i>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</i>	- Agricultura familiar e grandes empreendimentos pecuários; - Agricultura familiar ribeirinha; - Médios e grandes empreendimentos agropecuários e manejo florestal não-madeireiro. *Em torno de ¼ da Área da Floresta Estadual é contemplada pela indicação de uso do solo feita pelo ZEE Acre 2006, devido à modificação da Linha Cunha-Gomes, de forma que a floresta, antes desta alteração se encontrava em sua grande maioria no Estado do Amazonas.


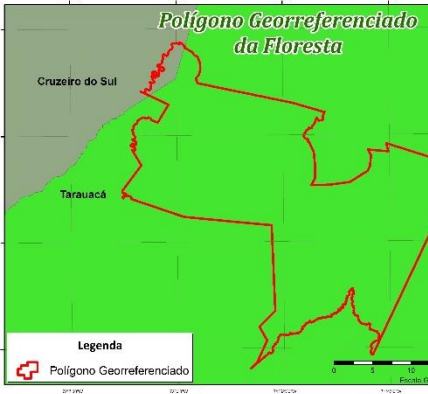
Ações Antrópicas																	
Quantidade de Focos de Calor (nº de focos)	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018*</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>22</td> <td>53</td> <td>69</td> <td>209</td> <td>134</td> <td>222</td> <td>709</td> <td>118,2</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.</p>	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano	22	53	69	209	134	222	709	118,2
	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano									
22	53	69	209	134	222	709	118,2										
Quantidade de Desmatamento (em hectare):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018**</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>363,18</td> <td>245,47</td> <td>64,86</td> <td>222,35</td> <td>21,01</td> <td>--</td> <td>916,86</td> <td>183,37</td> </tr> </tbody> </table> <p>** Não há informações sobre o desmate em 2018.</p>	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano	363,18	245,47	64,86	222,35	21,01	--	916,86	183,37
2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano										
363,18	245,47	64,86	222,35	21,01	--	916,86	183,37										
Questões Fundiárias																	
Uso e Destinação Comunitários	A comunidade local foi reassentada em lotes contíguos nas áreas limítrofes da floresta, com acesso mais facilitado. Dentro destes lotes o governo do Estado vem incentivando o manejo florestal comunitário.																
Pretensões de posse	Sem pretensões de posse incidentes sobre a floresta pública																
Existência de Conflitos Fundiários ou sociais	Não há registro de conflitos fundiários ou sociais.																
Informações Gerais																	
Estudos Associados	- Peça de Criação da Floresta Estadual do Mogno; - Inventário Florestal Amostral para concessão Florestal (Em elaboração).																
Atividades desenvolvidas dentro da Área	----																
Certificações	----																
Normas e Atos	----																
Contratos Administrativos e cíveis	----																

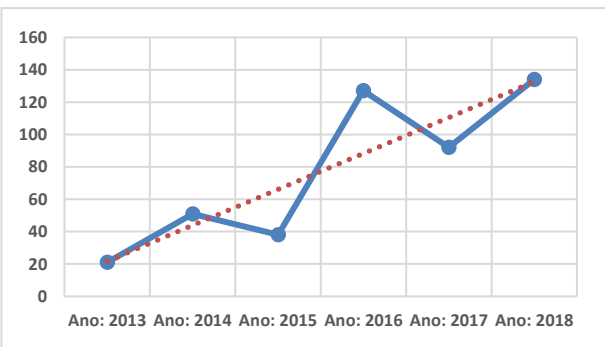
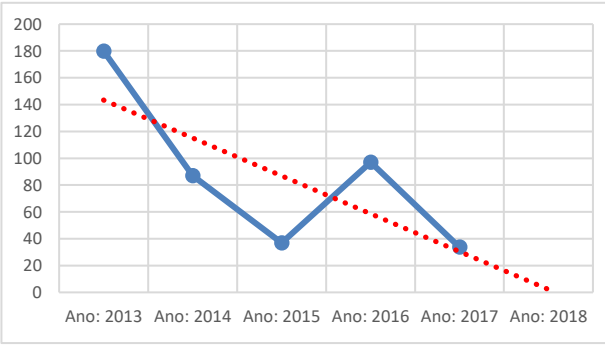
**FLORESTA ESTADUAL DO RIO GREGÓRIO**

Nome	
<i>Floresta Estadual do Rio Gregório</i>	
Localização e Limites Georreferenciados	
<i>Localização no Estado do Acre</i>	<i>Polígono Georreferenciado da Floresta</i>
	
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Floresta Pública “A” – FPA (Possui dominialidade pública e destinação Específica)
<i>Código</i>	FPA-711059W-075207S
<i>Destinação</i>	Floresta Estadual
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto Estadual nº 9.718, de 09 de março de 2004.
<i>Matrícula</i>	Matrícula 1023, Livro 2-D, Folha 286, Cartório De Registro de Imóveis de Tarauacá.
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Tarauacá (AC)
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Tarauacá-Envira
<i>Titular</i>	Governo do Estado do Acre
<i>Gestor</i>	Sema - Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre.
<i>Área Oficial</i>	212.383,40 ha
<i>Área</i>	211.979,82 ha
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	Floresta Aberta com Bambu + Floresta Aberta com Palmeiras (FAB + FAP); Floresta Aberta com Bambu + Floresta Densa (FAB + FD); Floresta Aberta com Bambu Dominante (FABD); Floresta Aberta com Palmeiras (FAP); Floresta Aberta com Palmeiras – Aluvial (FAPa); Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta aberta com Bambu (FAP + FAB); Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa (FAP + FD).
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta Floresta Ombrófila Densa.
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	-----
<i>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</i>	- Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais e pecuária leiteira + Médios e grandes empreendimentos com ênfase para pecuária de corte e manejo florestal; - Agricultura familiar ribeirinha com ênfase a culturas anuais, sistemas agroflorestais e manejo florestal; - Agricultura familiar ribeirinha com ênfase a culturas anuais,

	<p>sistemas agroflorestais e manejo florestal.</p> <p>*Em torno de ¼ da Área da Floresta Estadual é contemplada pela indicação de uso do solo feita pelo ZEE Acre 2006, devido à modificação da Linha Cunha-Gomes, de forma que a floresta, antes desta alteração se encontrava em sua grande maioria no Estado do Amazonas.</p>																
<b>Ações Antrópicas</b>																	
Quantidade de Focos de Calor (nº de focos)	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018*</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>11</td> <td>46</td> <td>77</td> <td>160</td> <td>170</td> <td>259</td> <td>723</td> <td>120,5</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.</p>	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano	11	46	77	160	170	259	723	120,5
	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano									
11	46	77	160	170	259	723	120,5										
	<p>Ano: 2013 Ano: 2014 Ano: 2015 Ano: 2016 Ano: 2017 Ano: 2018</p>																
Quantidade de Desmatamento (em hectare):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018**</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>163,94</td> <td>175,56</td> <td>83,39</td> <td>198,09</td> <td>28,31</td> <td>---</td> <td>649,28</td> <td>129,86</td> </tr> </tbody> </table> <p>** Não há informações sobre o desmate em 2018.</p>	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano	163,94	175,56	83,39	198,09	28,31	---	649,28	129,86
	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano									
163,94	175,56	83,39	198,09	28,31	---	649,28	129,86										
	<p>Ano: 2013 Ano: 2014 Ano: 2015 Ano: 2016 Ano: 2017 Ano: 2018</p>																
<b>Questões Fundiárias</b>																	
Uso e Destinação Comunitários	A comunidade local foi reassentada em lotes contíguos nas áreas limítrofes da floresta, com acesso mais facilitado. Dentro destes lotes o governo do Estado vem incentivando o manejo florestal comunitário.																
Pretensões de posse	Sem pretensões de posse incidentes sobre a floresta pública																
Existência de Conflitos Fundiários ou sociais	Não há registro de conflitos fundiários ou sociais.																
<b>Informações Gerais</b>																	
Estudos Associados	- Peça de Criação da Floresta Estadual do Rio Gregório; - Inventário Florestal Amostral para concessão Florestal (Em elaboração).																
Atividades desenvolvidas dentro da Área	----																
Certificações	----																
Normas e Atos	----																
Contratos Administrativos e cíveis	----																


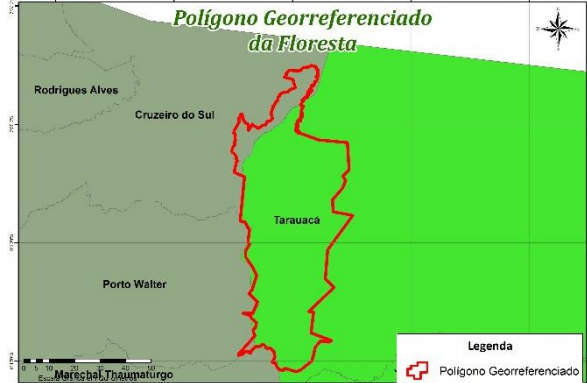
**FLORESTA ESTADUAL DO RIO LIBERDADE**

Nome	
<i>Floresta Estadual do Rio Liberdade</i>	
Localização e Limites Georreferenciados	
 <p style="text-align: center;"><i>Localização no Estado do Acre</i></p>	 <p style="text-align: center;"><i>Polígono Georreferenciado da Floresta</i></p>
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Floresta Pública “A” – FPA (Possui dominialidade pública e destinação Específica)
<i>Código</i>	FPA-715208W-075651S
<i>Destinação</i>	Floresta Estadual
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto Estadual nº 9.716, de 09 de março de 2004.
<i>Matrícula</i>	Não disponível
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Cruzeiro do Sul (AC) e Tarauacá (AC)
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Juruá / Tarauacá-Envira
<i>Titular</i>	Governo do Estado do Acre
<i>Gestor</i>	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre – Sema
<i>Área Oficial</i>	76.758,50 ha
<i>Área</i>	76.757,87 ha
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	Floresta Aberta com Bambu + Floresta Aberta com Palmeiras (FAB + FAP); Floresta Aberta com Palmeiras (FAP); Floresta Aberta com Palmeiras – Aluvial (FAPa); Floresta Aberta com Bambu + Floresta Aberta com Palmeiras – Aluvial (FAPa); Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa + Floresta aberta com Bambu (FAP + FD + FAB) Floresta Densa + Floresta Aberta com Palmeiras (FD + FAP).
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta Floresta Ombrófila Densa.
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	-----
<i>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</i>	- Agricultura familiar e grandes empreendimentos pecuários; - Agricultura familiar ribeirinha; - Médios e grandes empreendimentos agropecuários e manejo florestal não-madeireiro.

Ações Antrópicas																	
Quantidade de Focos de Calor (nº de focos)	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018*</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>21</td> <td>51</td> <td>38</td> <td>127</td> <td>92</td> <td>134</td> <td>463</td> <td>77,2</td> </tr> </tbody> </table> <p>* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.</p> 	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano	21	51	38	127	92	134	463	77,2
	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano									
	21	51	38	127	92	134	463	77,2									
Quantidade de Desmatamento (em hectare):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018**</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>179,88</td> <td>87,01</td> <td>36,96</td> <td>96,97</td> <td>33,71</td> <td></td> <td>434,53</td> <td>86,91</td> </tr> </tbody> </table> <p>** Não há informações sobre o desmate em 2018.</p> 	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano	179,88	87,01	36,96	96,97	33,71		434,53	86,91
	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano									
	179,88	87,01	36,96	96,97	33,71		434,53	86,91									
Questões Fundiárias																	
Uso e Destinação Comunitários	A comunidade local foi reassentada em lotes contíguos nas áreas limítrofes da floresta, com acesso mais facilitado. Dentro destes lotes o governo do Estado vem incentivando o manejo florestal comunitário.																
Pretensões de posse	Sem pretensões de posse incidentes sobre a floresta pública																
Existência de Conflitos Fundiários ou sociais	Não há registro de conflitos fundiários ou sociais.																
Informações Gerais																	
Estudos Associados	- Peça de Criação da Floresta Estadual do Rio Liberdade; - Inventário Florestal Amostral para concessão Florestal (Em elaboração).																
Atividades desenvolvidas dentro da Área	----																
Certificações	----																
Normas e Atos	----																
Contratos Administrativos e cíveis	----																



**RESERVA EXTRATIVISTA RIOZINHO DA LIBERDADE**

Nome	
<u>Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade.</u>	
Localização e Limites Georreferenciados	
	
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Floresta Pública “A” – FPA (Possui dominialidade pública e destinação Específica)
<i>Código</i>	FPA-720543W-081545S
<i>Destinação</i>	Reserva Extrativista
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto sem número, de 17 de fevereiro de 2005.
<i>Matrícula</i>	Não disponível
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Tarauacá (AC), Cruzeiro do Sul (AC).
<i>Regional(is) Estadual(is)</i>	Juruá / Tarauacá-Envira
<i>Titular</i>	União Federal
<i>Gestor</i>	ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
<i>Área Oficial</i>	325602,66 ha (Decreto de Criação)
<i>Área</i>	320.780,11ha
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa + Floresta Aberta com Bambus (FAP + FD + FAB);</li> <li>- Floresta Aberta com Bambus + Floresta Aberta com Palmeiras (FAB + FAP);</li> <li>- Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa (FAP + FD);</li> <li>- Floresta Aluvial Aberta com Palmeiras (FAP - Aluvial);</li> <li>- Floresta Aberta com Bambu Dominante (FABD);</li> <li>- Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus (FAP + FAB);</li> <li>- Floresta Aberta com Palmeiras (FAP);</li> <li>- Floresta Aluvial Aberta com Bambus (FAB - Aluvial);</li> <li>- Floresta Densa + Floresta Aberta com Palmeiras (FD + FAP).</li> </ul>
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta Floresta Ombrófila Densa.
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	----

Recomendações de Uso  
(Conforme ZEE)

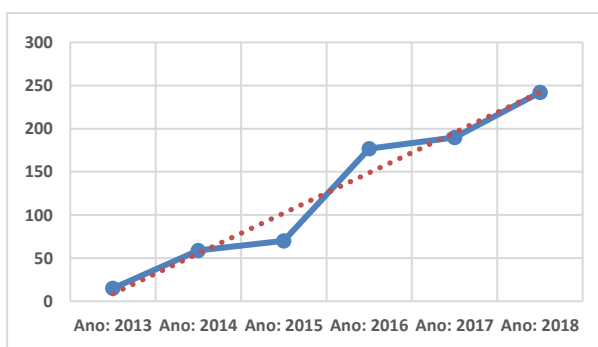
- Agricultura familiar com ênfase para o manejo florestal;
- Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais e manejo florestal não-madeireiro;
- Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais e pecuária leiteira + Médios e grandes empreendimentos com ênfase para pecuária de corte e manejo florestal;
- Agricultura familiar e médios e grandes empreendimentos com ênfase para o manejo florestal;
- Agricultura familiar ribeirinha com ênfase a culturas anuais, sistemas agroflorestais e manejo florestal;
- Agricultura tecnificada (sistemas agroflorestais, perenes e anuais), pecuária sustentável (leiteira), incorporação de área de floresta ao processo produtivo;
- Área com uso definido (áreas indígenas, reservas de floresta, parques nacionais, reservas extrativistas e projetos de assentamento agroextrativista);
- Médios e grandes empreendimentos com ênfase para a pecuária de corte, sistemas agroflorestais e manejo florestal.

### Ações Antrópicas

Quantidade de Focos de Calor (nº de focos)

2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano
15	59	70	177	190	242	753	125,5

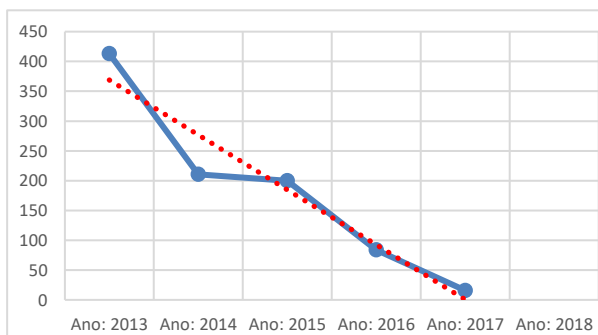
\* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.



Quantidade de Desmatamento (em hectare):


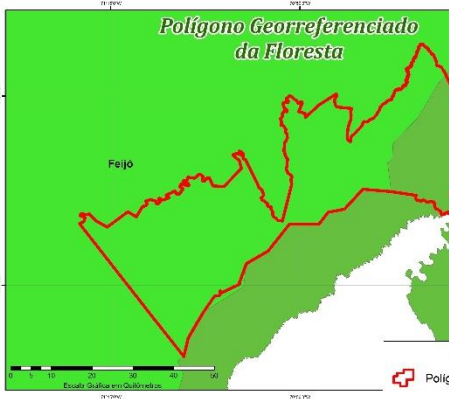
2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano
412,89	210,67	199,98	83,77	15,82	---	923,12	184,62

\*\* Não há informações sobre o desmate em 2018.



<b>Questões Fundiárias</b>	
<i>Uso e Destinação Comunitários</i>	Sem informações.
<i>Pretensões de posse</i>	Sem pretensões de posse incidentes sobre a floresta pública.
<i>Existência de Conflitos Fundiários ou sociais</i>	Não há registro de conflitos fundiários ou sociais.
<b>Informações Gerais</b>	
<i>Estudos Associados</i>	----
<i>Atividades desenvolvidas dentro da Área</i>	----
<i>Certificações</i>	----
<i>Normas e Atos</i>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Decreto S/N de 17 de fevereiro de 2005, cria a Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10449.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Dnn/Dnn10449.htm</a></li> <li>Portaria nº 101, de 5 de setembro de 2012, cria o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade <a href="http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/resex_riozinho_da_liberdade.pdf">http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/resex_riozinho_da_liberdade.pdf</a></li> </ol>
<i>Contratos Administrativos e cíveis</i>	----

**FLORESTA NACIONAL SANTA ROSA DO PURUS**

Nome	
<i>Floresta Nacional Santa Rosa do Purus</i>	
Localização e Limites Georreferenciados	
 <p style="text-align: center;"><i>Localização no Estado do Acre</i></p>	 <p style="text-align: center;"><i>Polígono Georreferenciado da Floresta</i></p>
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Floresta Pública “A” – FPA (Possui dominialidade pública e destinação Específica)
<i>Código</i>	FPA-715106W-092306S
<i>Destinação</i>	Floresta Nacional
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto sem número, de 07 de agosto de 2001.
<i>Matrícula</i>	Não disponível
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Feijó (AC), Santa Rosa do Purus (AC).
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Tarauacá-Envira / Purus
<i>Titular</i>	União Federal
<i>Gestor</i>	ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
<i>Área Oficial</i>	230.267,35 ha (Decreto de Criação)
<i>Área</i>	228.982,72 ha
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Floresta Aberta com Bambus + Floresta Aberta com Palmeiras (FAB + FAP);</li> <li>- Floresta Aberta com Bambu Dominante (FABD);</li> <li>- Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus + Floresta Densa (FAP + FAB + FD);</li> <li>- Floresta Aberta com Palmeiras (FAP);</li> <li>- Floresta Aluvial Aberta com Bambus (FAB - Aluvial);</li> <li>- Floresta Aluvial Aberta com Palmeiras (FAP - Aluvial);</li> <li>- Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus (FAP + FAB).</li> </ul>
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta Floresta Ombrófila Densa.
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	-----
<i>Recomendações de Uso (Conforme ZEE)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultura familiar com ênfase para o manejo florestal</li> <li>- Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais e manejo florestal não-madeireiro;</li> <li>- Agricultura familiar e médios e grandes empreendimentos com</li> </ul>

	ênfase para o manejo florestal; - Agricultura familiar ribeirinha com ênfase a culturas anuais, sistemas agroflorestais e manejo florestal; - Agricultura tecnicada (sistemas agroflorestais, perenes e anuais), pecuária sustentável (leiteira), incorporação de área de floresta ao processo produtivo; - Área com uso definido (áreas indígenas, reservas de floresta, parques nacionais, reservas extrativistas e projetos de assentamento agroextrativista).
--	--

### Ações Antrópicas

Quantidade de Focos de Calor	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018*</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>14</td> <td>32</td> <td>35</td> <td>73</td> <td>63</td> <td>69</td> <td>286</td> <td>47,7</td> </tr> </tbody> </table>	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano	14	32	35	73	63	69	286	47,7
	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano									
	14	32	35	73	63	69	286	47,7									
* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.																	
<p>Ano: 2013 Ano: 2014 Ano: 2015 Ano: 2016 Ano: 2017 Ano: 2018</p>																	

Quantidade de Desmatamento (em hectare):	<table border="1"> <thead> <tr> <th>2013</th> <th>2014</th> <th>2015</th> <th>2016</th> <th>2017</th> <th>2018**</th> <th>Soma</th> <th>Média/ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>214,24</td> <td>82,92</td> <td>39,07</td> <td>73,60</td> <td>13,99</td> <td>---</td> <td>423,82</td> <td>84,76</td> </tr> </tbody> </table>	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano	214,24	82,92	39,07	73,60	13,99	---	423,82	84,76
	2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano									
	214,24	82,92	39,07	73,60	13,99	---	423,82	84,76									
** Não há informações sobre o desmate em 2018.																	
<p>Ano: 2013 Ano: 2014 Ano: 2015 Ano: 2016 Ano: 2017 Ano: 2018</p>																	


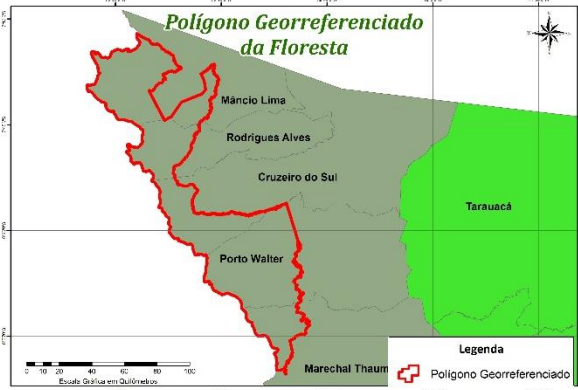
### Questões Fundiárias

Uso e Destinação Comunitários	Sem Informações.
Pretensões de posse	Sem pretensões de posse incidentes sobre a floresta pública.
Existência de Conflitos Fundiários ou sociais	Não há registro de conflitos fundiários ou sociais.

### Informações Gerais

Estudos Associados	----
Atividades desenvolvidas dentro da Área	----
Certificações	----
Normas e Atos	1. Decreto s/n de 7 de agosto de 2001, cria a Floresta Nacional Santa Rosa do Purus <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2001/Dnn9290.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2001/Dnn9290.htm</a>
Contratos Administrativos e cíveis	----

**PARQUE NACIONAL DA SERRA DO DIVISOR**

Nome	
<i>Parque Nacional da Serra do Divisor</i>	
Localização e Limites Georreferenciados	
<i>Localização no Estado do Acre</i>	<i>Polígono Georreferenciado da Floresta</i>
	
Dados Cadastrais	
<i>Situação Cadastral</i>	Ativa
<i>Estágio</i>	Floresta Pública “A” – FPA (Possui dominialidade pública e destinação Específica)
<i>Código</i>	FPA-731946W-080909S
<i>Destinação</i>	Parque Nacional
<i>Criação (Caso Unidade de Conservação)</i>	Decreto nº 97.8.39, de 16 de junho de 1989
<i>Matrícula</i>	Não disponível
<i>Município(s)/Estado(s)</i>	Mâncio Lima (AC), Porto Walter (AC), Cruzeiro do Sul (AC), Rodrigues Alves (AC), Marechal Thaumaturgo (AC).
<i>Regional(is) Estadual (is)</i>	Juruá
<i>Titular</i>	União Federal
<i>Gestor</i>	ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
<i>Área Oficial</i>	843.012 ha
<i>Área</i>	784.028,30 ha
Cobertura Vegetal e Uso do Solo	
<i>Bioma</i>	Amazônico
<i>Tipologias (Estadual)</i>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Densa (FAP + FD);</li> <li>- Floresta Densa + Floresta Aberta com Palmeiras (FD + FAP);</li> <li>- Floresta Aberta com Palmeiras + Floresta Aberta com Bambus (FAP + FAB);</li> <li>- Floresta Aberta com Bambus + Floresta Aberta com Palmeiras (FAB + FAP);</li> <li>- Floresta Densa Submontana (FD - Submontana);</li> <li>- Floresta Aberta com Bambu Dominante (FABD);</li> <li>- Floresta Aluvial Aberta com Palmeiras (FAP - Aluvial);</li> <li>- Floresta Densa (FD);</li> <li>- Floresta Aberta com Palmeiras (FAP);</li> <li>- Floresta Aluvial Aberta com Bambus (FAB - Aluvial);</li> <li>- Floresta Aberta com Bambus + Floresta Densa (FAB + FD);</li> <li>- Floresta Aluvial Aberta com Palmeiras + Vegetação Secundária (FAP - Aluvial + Vs);</li> <li>- Floresta Aberta com Palmeiras + Formações Pioneiras (FAP + Pab).</li> </ul>
<i>Tipologias (Federal)</i>	Floresta Ombrófila Aberta Floresta Ombrófila Densa.
<i>Aspectos da Cobertura Florestal</i>	----

Recomendações de Uso  
(Conforme ZEE)

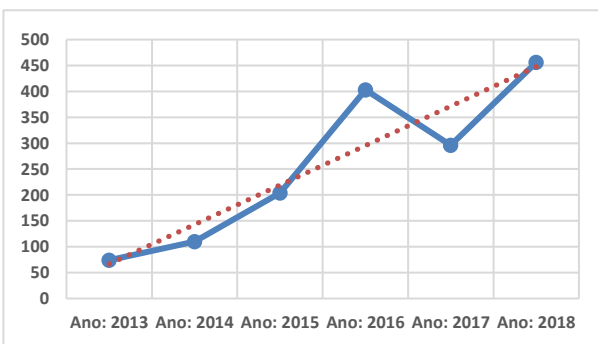
- Agricultura familiar com ênfase para o manejo florestal;
- Agricultura familiar com ênfase para sistemas agroflorestais e manejo florestal não-madeireiro;
- Agricultura familiar e médios e grandes empreendimentos com ênfase para o manejo florestal;
- Agricultura familiar ribeirinha com ênfase a culturas anuais, sistemas agroflorestais e manejo florestal;
- Agricultura tecnicada (sistemas agroflorestais, perenes e anuais), pecuária sustentável (leiteira), incorporação de área de floresta ao processo produtivo;
- Área com uso definido (áreas indígenas, reservas de floresta, parques nacionais, reservas extrativistas e projetos de assentamento agroextrativista);
- Preservação da flora e fauna.

### Ações Antrópicas

Quantidade de Focos de Calor

2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Soma	Média/ano
74	110	204	403	296	456	1543	257,2

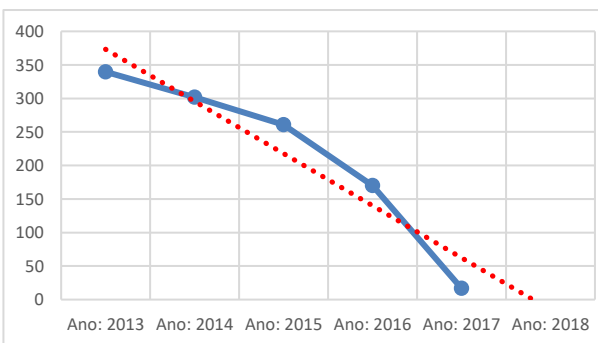
\* Dados parciais de janeiro a novembro de 2018.



Quantidade de Desmatamento (em hectare):

2013	2014	2015	2016	2017	2018**	Soma	Média/ano
339,64	301,63	260,65	170,09	16,87	---	1.088,87	217,77

\*\* Não há informações sobre o desmate em 2018.



<b>Questões Fundiárias</b>	
<i>Uso e Destinação Comunitários</i>	Sem Informações.
<i>Pretensões de posse</i>	Sem pretensões de posse incidentes sobre a floresta pública.
<i>Existência de Conflitos Fundiários ou sociais</i>	Não há registro de conflitos fundiários ou sociais.
<b>Informações Gerais</b>	
<i>Estudos Associados</i>	----
<i>Atividades desenvolvidas dentro da Área</i>	----
<i>Certificações</i>	----
<i>Normas e Atos</i>	<ol style="list-style-type: none"> <li>Decreto nº 97.839, de 16 de junho de 1989, cria o Parque Nacional da Serra do Divisor <a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D97839.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D97839.htm</a></li> <li>Portaria nº 78, de 05 de julho de 2002, cria o Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra do Divisor <a href="http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/Parna%20Serra%20do%20Divisor%20Port%2078%20de%2005%2007%202002.pdf">http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/Parna%20Serra%20do%20Divisor%20Port%2078%20de%2005%2007%202002.pdf</a></li> </ol>
<i>Contratos Administrativos e cíveis</i>	----